

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO

CAROLINA DE VASCONCELLOS DRÜGG

**FORMAÇÃO E DESEMPENHO DO VISITADOR NA PRÁTICA
SOCIOEDUCATIVA DO PROGRAMA
PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR**

Porto Alegre

2011

CAROLINA DE VASCONCELLOS DRÜGG

**FORMAÇÃO E DESEMPENHO DO VISITADOR NA PRÁTICA
SOCIOEDUCATIVA DO PROGRAMA
PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Professora Doutora Marta Luz Sisson de Castro

Porto Alegre
2011

CAROLINA DE VASCONCELLOS DRÜGG

**FORMAÇÃO E DESEMPENHO DO VISITADOR NA PRÁTICA
SOCIOEDUCATIVA DO PROGRAMA
PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 14 de janeiro de 2011.

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marta Luz Sisson de Castro – PUCRS

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Inês Corte Vitória– PUCRS

Prof^ª. Dr^ª. Mirian Pires Corrêa de Lacerda – PUCRS

Prof^ª. Dr^ª. Magda Vianna de Souza - PUCRS

Dedico esta dissertação a Márcio Tadvald Batista,
com quem compartilho sonhos e conquistas.

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós, Eduardo, Jussara e Nilza, meus primeiros e mais importantes professores.

À minha mãe, Bernadete, por ter colorido minha infância com amor, carinho e alegria.

Ao meu pai, Pedro, pelo exemplo de entusiasmo e dedicação ao trabalho e por seu meu porto seguro.

À minha família e aos meus amigos, pela compreensão nos momentos de ausência durante a realização do Mestrado.

Às minhas amigas Karine Isis Bernardes Verch e Cristiane Kessler de Oliveira pelos momentos de apoio e compreensão.

À minha amiga Ana Cristina Sofiati Teixeira, pelo exemplo de amor pela educação e por compartilhar comigo esta caminhada.

À Professora Marta Luz Sisson de Castro, pelo apoio e orientação.

Aos meus professores e colegas do Programa de Mestrado em Educação, pela intensidade das nossas experiências ao compartilhar saberes e sonhos. Sentirei saudades.

À Leila Almeida, pelo exemplo de comprometimento e pelo carinho como me acolheu na família PIM.

À Liese Serpa, pelo exemplo de coragem e pelo apoio e compreensão nos momentos em que precisei me ausentar.

À Wilda Blasi, pela dedicação e carinho como me acompanha e me ensina a ser uma profissional melhor.

À Fernanda Torres de Carvalho e à Tonantzin Ribeiro Golçalves, pela forma solidária e carinhosa como acolheram minhas angústias e incertezas na escrita desta dissertação.

À família PIM, com quem compartilho a paixão pela primeira infância.

Às equipes municipais do PIM, especialmente aos Visitadores e Visitadoras, pelo afeto e comprometimento como desenvolvem o Programa e pelo apoio na realização deste trabalho.

E, finalmente, às famílias e crianças atendidas pelo Programa Primeira Infância Melhor, por serem minha motivação para seguir aprendendo e contribuindo com o sonho de uma infância melhor.

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade.

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar as necessidades de formação inicial e continuada do Visitador no Programa Primeira Infância Melhor, considerando seu desempenho na orientação das famílias atendidas. Para o levantamento dos dados, foi utilizado um questionário com perguntas fechadas tipo *Lickert-5* acrescido, ao final, de duas questões abertas - caracterizando uma pesquisa de natureza aplicada, através do método quantitativo. Participaram da amostra 121 Visitadores de 17 Municípios que desenvolvem o Programa no Estado. Buscou-se com este estudo analisar a interpretação dos Visitadores com relação as suas vivências profissionais e o seu entendimento quanto ao papel que assumem no trabalho junto às famílias, para enfim, refletir sobre as necessidades de formação evidenciadas no instrumento de pesquisa. A análise revelou que os Visitadores possuem um bom entendimento de seu papel na estrutura do Programa e do objetivo pretendido pelo PIM, porém apontou algumas inadequações importantes no modo como desenvolvem seu trabalho junto às famílias, indicando a necessidade de articular à capacitação o exercício de acompanhar o trabalho dos Visitadores na prática, a fim de garantir não só a supervisão de seu desempenho, como também a elaboração de um diagnóstico que fundamente os planos de capacitação – uma prática ainda pouco disseminada no cotidiano das equipes municipais. Também revelou a habilidade dos respondentes em elaborar uma percepção bastante coerente sobre os aspectos de sua formação e sobre as estratégias necessárias para qualificá-la, sugerindo que os momentos de escuta do Visitador são um princípio básico para a qualificação dos trabalhos.

Palavras chave: programa primeira infância melhor, políticas públicas para a família, formação de educadores, visitação domiciliar.

ABSTRACT

This study aimed at investigating the need for initial training and continuing professional development for the visitors of Programa Primeira Infância Melhor – PIM (Best Early Childhood Program), considering their performances in guiding the families served. To gather data, a closed format questionnaire type Lickert 5 scale added by two open questions in the end was applied, featuring a research of applied nature, using the quantitative method. One hundred twenty one visitors from 17 cities that develop the program in the State participated in the study. This study analyzes the interpretation of the visitors regarding their professional experiences and their understanding of the role they assume when working with families, in the end, it reflects on the professional development needs highlighted in the research tool. The analysis revealed that the visitors have a good understanding of their role in the structure of the program and the intended purpose of Primeira Infância Melhor, but pointed out some important gaps in way in they develop their work with the families, indicating the need to associate the training to the practice of monitoring the work of the visitors, to ensure the supervision of their performances, as well as the elaboration of a diagnosis that supports the professional development plans - still not a common practice in the cities. It also revealed the respondents'abilities to elaborate a consistent perception about their development and the strategies needed to qualify it, suggesting that the visitors hearing moments are the main principle to qualify their practices.

Key words: Programa Primeira Infância Melhor(Best Early Childhood Program), family public policies, teacher education, home visits.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da estrutura do PIM21

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Situação Atual do PIM	21
Quadro 2 – Plano de Capacitação Inicial de Visitadores.....	46
Quadro 3– Escolaridade dos respondentes.....	49
Quadro 4– Caracterização sociodemográfica da amostra	64
Quadro 5– Tempo de implantação do PIM nos Municípios da amostra e frequência de Visitadores.....	65
Quadro 6– Média e desvio- padrão dos 3 primeiros domínios.....	66
Quadro 7– Média e desvio padrão dos grupos do 4º domínio.....	70
Quadro 8– Média e desvio padrão das questões do 5º domínio.....	73
Quadro 9– Categoria 1.....	74
Quadro 10– Categoria 2.....	74
Quadro 11– Categoria 3	75
Quadro 12– Categoria 4.....	75
Quadro 13– Categoria 1.....	77
Quadro 14 – Categoria 2	77

LISTA DE SIGLAS

CELEP	Centro de Referência Latinoamericano para la Educación Preescolar
CRS	Coordenadoria Regional de Saúde
GTE	Grupo Técnico Estadual
GTM	Grupo Técnico Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PIM	Programa Primeira Infância Melhor
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INVESTIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: DESENHANDO UM FUTURO MELHOR	14
2 CONHECENDO O PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR	21
2.1 ESTRUTURA DO PROGRAMA	21
2.2 METODOLOGIA E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR	23
2.2.1 Conhecendo as Modalidades de Atenção	27
2.3 SITUAÇÃO ATUAL DO PROGRAMA	33
3 DE MÃOS DADAS PELA INFÂNCIA: FORTALECER A FAMÍLIA PARA PROTEGER A CRIANÇA	35
4 VISITANDO FAMÍLIAS: A PRÁTICA DE APRENDER E ENSINAR DO VISITADOR NO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR.....	41
4.1 FORMAÇÃO E PERFIL DO VISITADOR: IMPACTOS SOBRE A QUALIDADE DOS ATENDIMENTOS.....	41
4.2 PENSANDO O VISITADOR E SUA RELAÇÃO COM AS FAMÍLIAS	52
5 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	60
5.1 PROBLEMA DE PESQUISA	60
5.2 QUESTÕES NORTEADORAS	60
5.3 OBJETIVOS	60
5.4 METODOLOGIA DE PESQUISA	60
5.4.1 Instrumento.....	62
5.4.2 Participantes.....	64
6 RESULTADOS DO ESTUDO	65
6.1 RESULTADOS DAS QUESTÕES DA ESCALA LICKERT.....	65
6.2 RESULTADOS DAS QUESTÕES ABERTAS.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	88
APÊNDICE B – Questionário para levantamento de dados.....	89

ANEXO A – Tabelas com as frequências das questões da escala *Lickert*.....95

1 INVESTIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: DESENHANHO UM FUTURO MELHOR

Com a infância de tantas crianças ameaçada, nosso futuro coletivo está comprometido. Os países somente chegarão mais perto de suas metas de paz e desenvolvimento se chegarem mais perto da realização dos direitos de todas as crianças.

Koff Annan

Os cuidados e a educação na primeira infância são um direito reconhecido pela Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) - instrumento único de proteção dos direitos da criança à sobrevivência - e sua importância está expressa no primeiro dos seis objetivos pactuados no Fórum Mundial de Educação de Dacar (2000), onde ilustra, com destaque, o conjunto de ações adotadas por 164 países (UNICEF, 2006). Em 2002, um acordo internacional foi assinado por 190 países na Sessão Especial sobre a Criança, da Assembleia Geral das Nações Unidas, resultando no documento “Um Mundo para as Crianças”. Este acordo previa fomentar progressos nas políticas de desenvolvimento infantil, estabelecendo metas que contemplavam a promoção da qualidade de vida e do ensino e a proteção das crianças contra abusos, exploração e violência. Conforme o Relatório sobre a Situação Mundial da Infância (UNICEF, 2005), os líderes mundiais foram unânimes ao prever metas com prazos definidos, porém, os progressos estão atrasados para quase todas elas. Os resultados indicam que, embora os governos concordem com os princípios estabelecidos nestes documentos, a criação e a manutenção de mecanismos que os garantam ainda é bastante limitada.

Esta situação implica na concretização de um esforço coordenado dos governos, de organismos financiadores e da sociedade em geral para a promoção de políticas que garantam o acesso aos direitos previstos nos documentos citados. Do contrário, as crianças continuarão tendo seu futuro comprometido, especialmente as dos países em desenvolvimento. Para tanto, é preciso a adoção de iniciativas que priorizem incentivos financeiros e científicos nesta área e que sustentem a criação de serviços voltados ao desenvolvimento infantil

A primeira infância é um período altamente sensível, marcado por rápidas transformações no desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional. A subnutrição, carência de cuidados e tratamento inadequado são profundamente prejudiciais às crianças pequenas, com repercussões freqüentemente sentidas nos futuros anos de vida adulta. Uma criança que recebe cuidados extremamente insuficientes [...] provavelmente sofrerá atrasos em seu desenvolvimento, os quais dificilmente serão recobrados mais tarde. Programas adequados podem incrementar

significativamente o bem-estar das crianças pequenas durante os anos de formação, além de complementar o cuidado recebido no lar. (UNESCO, 2007, p. 23).

Conforme o Relatório N°. 22841-BR/2002 do Banco Mundial, serviços devotados ao desenvolvimento infantil devem priorizar o crescimento físico e intelectual de crianças em seus primeiros anos de vida (de zero a seis anos). Estes serviços incluem creches, pré-escolas, visitas domiciliares por profissionais treinados, serviços de saúde e nutrição e educação dos pais. Voltado especialmente para o debate da educação pré-escolar, o Relatório explora os benefícios obtidos por experiências internacionais de intervenção educativa precoce, destacando: melhor nutrição e saúde; índices de inteligência mais altos; maiores índices de matrícula; menores índices de evasão escolar e repetência e maior participação da mulher na vida produtiva. Também descreve os resultados obtidos pela pesquisa realizada em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Rio de Janeiro, cujo objetivo foi estimar o impacto da pré-escola sobre os resultados educacionais gerais das crianças. O estudo verificou que um ano adicional de pré-escola aumenta em média meio ano na escolaridade total da criança, além de provocar um impacto positivo na diminuição da defasagem entre idade e série e na diminuição dos índices de repetência - o que é um resultado importante para o Brasil, onde os altos índices de repetência são especialmente endêmicos e representam uma das maiores causas da evasão escolar. Além disso, o estudo concluiu que um ano de pré-escola resultou em um aumento de 2 a 6% nos salários na fase adulta (BANCO MUNDIAL, 2002).

O retorno econômico à sociedade representa um dos impactos positivos que o investimento socioeducativo em crianças pode proporcionar. Os economistas afirmam que investimentos na infância, especialmente na pré-escola, apresentam taxa de retorno muito maior do que investimentos realizados em etapas posteriores, pois evitam gastos futuros com saúde, educação e segurança pública.

Cada dólar gasto na educação de uma pessoa significa que ela produzirá algo como 10 centavos a mais por ano ao longo de toda a sua vida. Não há investimento melhor. A idéia é fornecer incentivos suficientes para que o talento atinja sempre o maior nível possível [...] não há melhor aplicação do que canalizar o dinheiro para a formação de crianças em seus primeiros anos de vida. Insisto nisso porque são os países que já estão nesse caminho justamente os que se tornam mais competitivos – e despontaram na economia mundial¹ (HECKMAN², 2009).

¹ Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, n.2116, jun. 2009.

² James Heckman, graduado em Matemática pela Universidade de Colorado e Doutor em Economia pela Universidade de Princeton. Prêmio Nobel de Economia no ano de 2000 pela criação de uma série de métodos precisos para avaliar o sucesso de programas sociais e de educação.

Estudioso dos efeitos proporcionados pelos estímulos educacionais oferecidos às crianças nos primeiros anos de vida – na escola e na própria família, Heckman (2009) aponta que quanto antes os estímulos vierem, mais chances a criança terá de se tornar um adulto bem-sucedido, sugerindo que os programas que priorizam o desenvolvimento da primeira infância tem um impacto positivo não só no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças atendidas, mas também no desenvolvimento econômico dos países, considerando que é nesta etapa da vida que se forma o capital humano. Neste sentido,

Pode-se constatar que intervenções realizadas no início da vida se configuram como pequenos investimentos que geram altos retornos no bem estar físico, mental e econômico durante a vida da criança e do adulto. Ações de promoção da primeira infância podem ser uma forte arma contra a pobreza ao construir o capital humano, tornando-se um dos melhores investimentos que um país pode fazer em prol do seu desenvolvimento (BERNARDES, 2010, p.18).

No Brasil, as políticas de atenção à primeira infância se baseiam especialmente no investimento realizado na educação infantil, como a ampliação do acesso e a garantia de espaço na legislação. A Constituição Federal de 1988 declarou que a educação infantil é um “direito” e sua provisão é “dever do Estado e da família”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional³ (Lei nº 9.394/96) provocou mudanças importantes ao incorporar oficialmente a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, promovendo a valorização de práticas educativas de qualidade e a desvinculação do ensino infantil das políticas assistencialistas. O Plano Nacional de Educação (Lei nº. 10.172/01) colaborou com o implemento da política ao estabelecer em seus objetivos e metas a ampliação da oferta de educação infantil de forma a atender, até 2006, 30% da população de até três anos de idade e 60% da população de quatro a cinco anos e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de zero a três anos e 80% das de quatro a cinco anos. Porém, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006 (PNAD), indicam que a média nacional de frequência escolar das crianças com até três anos não passou de 15,5%, enquanto a média das crianças de quatro até seis anos alcançou o patamar mínimo da demanda estipulada (60%).

A realidade do Estado do Rio Grande do Sul não é muito diferente. Com uma população na faixa etária de zero até seis anos de idade de 843.145 (SINASC⁴, 2009) e com um total de matrículas na Educação Infantil de 261.156 (Censo Escolar, 2009), o sistema de ensino gaúcho abrange apenas 30,97% da população infantil. Se a análise considerar a divisão creche (crianças de até três anos) e pré-escola (crianças de três até seis anos), se identifica que

³ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

⁴ Sistema de Informações de Nascidos Vivos.

apenas 24,17% de um total de 97.177 de crianças em idade inferior a três anos estão matriculadas, enquanto 37,17% das 163.979 crianças entre três e seis anos frequentam as classes de ensino infantil. Não restam dúvidas de que a inserção das crianças em classes de Educação Infantil é uma das práticas eficazes na busca pelo acesso aos direitos estabelecidos, entretanto, os dados referidos revelam uma carência alarmante de investimentos reais nesta etapa do ensino e a necessidade urgente de se articular alternativas de atendimento àquelas crianças que não estão incorporadas ao sistema de ensino formal.

Neste sentido, no ano de 2003, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, considerando a relevância de fortalecer suas políticas de atendimento à infância e inspirado em práticas internacionais exitosas – especialmente da América Latina – implantou o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), que, em parceria com as Prefeituras Municipais, visa o atendimento por visita domiciliar e comunitária às famílias com gestantes e crianças na faixa etária de zero até seis anos. Seu objetivo é orientar estas famílias - em especial aquelas em situação de vulnerabilidade e risco social e sem atendimento nas vias de educação formal - para o exercício de suas competências e superação de suas dificuldades, proporcionando mudanças na tomada de consciência das famílias e comunidades, com vistas à melhoria desses contextos, enquanto espaços promotores de qualidade de vida na primeira infância.

Num país com problemas tão graves como o Brasil, de desigualdades sociais extremas, violência, falta de segurança e desrespeito aos direitos humanos mais elementares, investir na primeira infância constitui-se numa estratégia política da mais alta relevância. Seus resultados, em curto, médio e longo prazo, para além da história individual de cada criança, contribuem para mudar os rumos do país (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p.15).

A proposta do Programa Primeira Infância Melhor vem ao encontro de uma tendência que interpreta a ação socioeducativa como uma alternativa de prevenção aos problemas sociais evidentes em espaços de vulnerabilidade e busca trabalhar os conhecimentos necessários à retomada do protagonismo das famílias e comunidades na educação e cuidado de suas crianças. Para tanto, prevê uma forma alternativa de pensar e praticar a educação – fora dos bancos escolares, articulada a ações e profissionais de diferentes áreas do conhecimento e aplicada em contextos culturais, sociais, políticos e econômicos distintos.

Respeitando as experiências e a cultura das famílias atendidas, o PIM tem o protagonismo como um dos seus alicerces fundamentais. Toma a comunidade e a família como o mais importante agente na promoção da saúde e do desenvolvimento de suas crianças. Contribui para o rompimento do ciclo de pobreza nas famílias

atendidas, através da potencialização de um cuidado e de uma educação de qualidade (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p.23).

Implantado oficialmente no dia 07 de abril de 2003, através da *Portaria n.º. 15/2003*⁵, o Programa prevê em seus pilares a gestão compartilhada das ações de implantação e implementação nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, a partir do compromisso firmado entre as Secretarias Estaduais da Saúde, Educação, Justiça e Desenvolvimento Social, Cultura e Gabinete da Primeira Dama no *Protocolo de Intenções Intersecretarias*, assinado pelos titulares das pastas na ocasião do lançamento do Programa. Coordenado pela Secretaria Estadual da Educação, em parceria com as demais Secretarias citadas e com o apoio técnico e financeiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a gestão do Programa prevê a união de esforços e a articulação dos serviços públicos em benefício das famílias atendidas, visando apoiar o desenvolvimento integral das crianças em todas as suas dimensões.

A primeira infância – base sólida para todas as aprendizagens humanas – é um tema que requer política abrangente e intersetorial. O Programa Primeira Infância Melhor, implementado no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, é uma demonstração concreta de como equacionar o desafio da atenção integral, promovendo uma ação articulada entre as áreas de saúde, educação, assistência social e cultura, em benefício das crianças, gestantes e famílias em situação de maior vulnerabilidade social (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p.11).

O PIM tem como referência metodológica o programa “*Educa a tu Hijo*”, implantado em 1992 em Cuba com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), baseado em estudos e investigações realizadas entre 1983 e 1992⁶. A experiência cubana tem como foco a família e suas crianças e se fundamenta na estruturação de um trabalho comunitário que reúne diferentes atores em benefício da primeira infância. Sua atenção está voltada à potencializar a família para que esta assuma a responsabilidade de estruturar, orientar e conduzir o desenvolvimento de suas crianças (UNICEF, CELEP, 2003).

Em 1998, [...] foi criado o Centro de Referência Latino- Americano para a Educação Pré-Escolar (CELEP), com o objetivo de promover intercâmbio sistemático com especialistas latino-americanos e de outras latitudes, vinculados à educação e ao desenvolvimento na primeira infância. O CELEP oferece assessoramento à formulação de programas e projetos educativos institucionais e não institucionais em outros países, além de contribuir para o aprimoramento profissional dos educadores. Por meio do CELEP, a experiência cubana já foi compartilhada com especialistas do Chile, Argentina, Colômbia, Equador, Brasil, República Dominicana, entre outros países que participaram de intercâmbios sobre o

⁵ Portaria que instituiu o Programa Primeira Infância Melhor e definiu as responsabilidades e atribuições do Estado e dos Municípios.

⁶ Maiores informações sobre o programa podem ser encontradas no site: <http://www.celep.rimed.cu/>. Acesso em ago. 2010.

tema da educação infantil e do desenvolvimento na primeira infância. A tecnologia desenvolvida pelo “Educa a tu Hijo”, através da organização das suas equipes e articulação das várias instâncias envolvidas, as capacitações destinadas a preparar, acompanhar e avaliar os profissionais envolvidos serviu de modelo para o PIM, resguardadas as diferenças contextuais e culturais entre os países (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p.51).

Conforme Bernardes⁷, as bases teóricas do Programa fundamentam-se nos estudos da Neurociência, onde se destaca a importância do estímulo externo para a organização da rede neuronal no período entre os zero e seis anos, bem como nas idéias de teóricos como Bowlby (1907-1990), através da Teoria do Apego; Winnicott (1896-1971), que defende a relação saudável entre mãe e bebê; Piaget (1896-1980) na promoção da interação do indivíduo com o meio; e Vygotsky (1896-1934) contemplando o desenvolvimento psicossocial da criança (2010, p.23).

Com a instituição do Programa Primeira Infância Melhor como política pública estadual, através da Lei 12.544/06⁸, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com os Municípios, reafirma seu compromisso com a idéia de que “a educação e o aprendizado de uma vida começa na primeira infância” e de que “os primeiros seis anos de uma criança valem para sempre” – idéia preconizada na Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990). Além disso, o Programa assume papel de destaque entre as políticas nacionais de atenção à primeira infância, pela colaboração no alcance da meta de ampliar a oferta e melhorar a qualidade da educação e dos cuidados na primeira infância - com especial atenção às crianças em situação de vulnerabilidade - compromisso assumido nas metas da Educação para Todos (UNESCO, 2000), da qual o Brasil é um dos signatários.

Considerando a relevância e a dimensão da proposta do Programa, surgem questões relacionadas à qualidade e à sustentabilidade de suas ações, ou seja, a sua “capacidade de gerar impactos duradouros em relação à situação dos grupos sociais beneficiários, mesmo após sua saída do Programa” (KLAUS, 2000, p.8). Entre os fatores de sustentabilidade está a qualidade das equipes - o que perpassa por questões como o perfil dos profissionais e a metodologia de formação inicial e continuada. Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo investigar as necessidades de formação inicial e continuada do visitador domiciliar do PIM – sujeito responsável pela intervenção direta junto às famílias. Sua importância na

⁷ Karine Isis Bernardes, graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atua como consultora técnica da UNESCO no PIM.

⁸ Lei nº. 12.544 de 03 de julho de 2006, que instituiu o Programa e definiu as responsabilidades e atribuições do Estado e Municípios.

estrutura do Programa demanda um olhar específico sobre as estratégias de seleção e formação deste profissional, de modo a verificar as condições proporcionadas pelo PIM para a garantia do objetivo de promover o protagonismo das famílias no cuidado e educação de suas crianças.

2 CONHECENDO O PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR

2.1 ESTRUTURA DO PROGRAMA

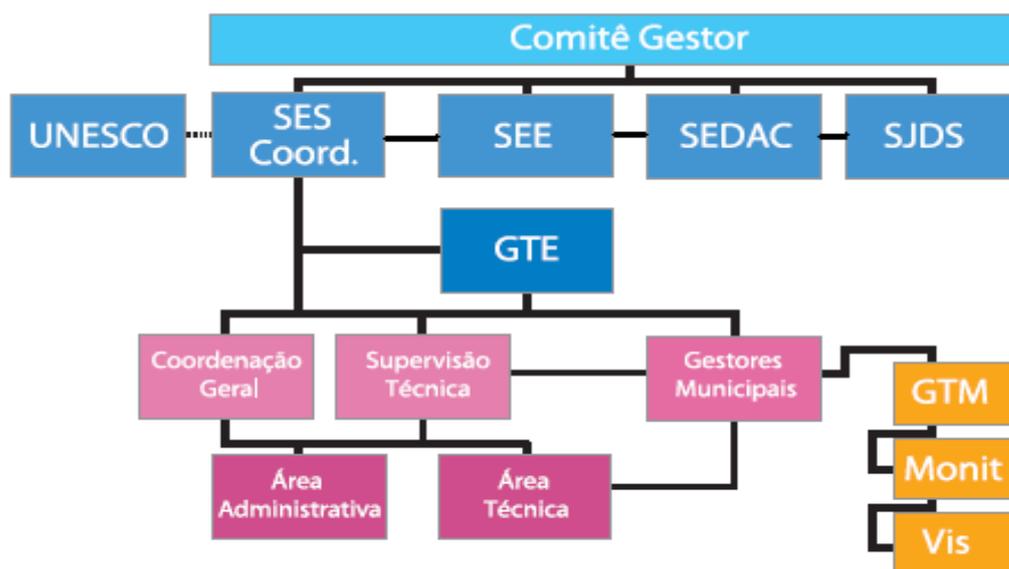


Figura 1 - Organograma da Estrutura do PIM

Fonte: SCHNEIDER, Alessandra; RAMIRES, Vera. Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública. Brasília: UNESCO, Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

Com o objetivo de orientar as famílias, a partir de suas culturas e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças, desde a gestação, até os seis anos de idade, o Programa Primeira Infância Melhor tem a intersectorialidade como um dos seus eixos estruturantes. Neste sentido, na esfera estadual, suas ações prevêm a participação das Secretarias da Educação, Justiça e Desenvolvimento Social e da Cultura, com a coordenação da Secretaria Estadual da Saúde e o suporte técnico da UNESCO.

Conforme Schneider; Ramires (2007), o Grupo Técnico Estadual (GTE) representa o grupo gestor do Programa, responsável pelas estratégias de implantação e implementação do PIM, através de capacitações, assessorias, monitoramento e avaliação das ações do Programa nos Municípios que o desenvolvem, além de articular a rede de serviços estadual. Este grupo é composto por técnicos com formação superior nas áreas social, da saúde e da educação e por representantes das Coordenadorias Regionais da Saúde e da Educação. No Município, a

equipe é composta pelo Grupo Técnico Municipal (GTM), pelos Monitores e pelos Visitadores. O GTM é composto por representantes das Secretarias Municipais envolvidas com o Programa, geralmente as Secretarias da Saúde, Educação e Assistência Social. Este grupo é responsável por gerenciar as ações do PIM no Município, de forma contextualizada com as características locais. Ele monitora e avalia as ações desenvolvidas; seleciona e capacita Monitores e Visitadores; identifica as famílias para atendimento e articula a rede de serviços municipal.

Os integrantes do GTM reúnem-se periodicamente para trabalhar questões de natureza técnico-administrativa sobre capacitação de monitores, contratação de visitadores, articulação com a rede de serviços e sensibilização de Gestores e de segmentos da sociedade para o Programa e seus objetivos. Nessas reuniões também são realizados o planejamento didático-pedagógico e o assessoramento aos monitores e visitadores quanto às atividades junto às famílias, além do acompanhamento e avaliação das ações do PIM (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p.66).

Os Monitores são responsáveis por orientar o planejamento das ações dos Visitadores. Eles capacitam, acompanham e avaliam o trabalho destes junto às respectivas famílias. Sua formação deve ser nas áreas social, da saúde ou da educação. Os Visitadores são a ponta do Programa, são eles que realizam o atendimento domiciliar e grupal às famílias, ambas semanais e conforme a Metodologia do Programa. Cada Visitador atende no máximo vinte e cinco famílias, sendo responsável pelo planejamento e execução das Modalidades de Atenção⁹ e pelos ganhos de desenvolvimento das crianças e famílias atendidas por ele.

As ações do Programa no Município devem ser apoiadas pelos Gestores e também pelo Comitê Municipal, formado por entidades governamentais e não-governamentais, associações de classes, de bairros, comerciais e religiosas, fundações e demais instituições da sociedade civil organizada. O Comitê tem a responsabilidade de articular a cooperação dos diferentes serviços voltados ao desenvolvimento infantil existentes no Município, além de promover a mobilização social pela causa da primeira infância, propondo estratégias de aprimoramento e divulgação das ações desenvolvidas. Toda a estrutura do PIM é voltada ao fortalecimento da atenção dedicada às famílias, através da articulação das iniciativas de diferentes atores sociais, da capacitação permanente dos profissionais envolvidos e da avaliação constante dos ganhos obtidos a partir de sua proposta de intervenção.

⁹ Forma de Atendimento às Famílias. Realizadas através de atividades lúdicas de estimulação e orientação.

2.2 METODOLOGIA E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR¹⁰

A implantação do Programa Primeira Infância Melhor se dá através de uma parceria entre o Estado e os Municípios firmada pelo *Termo de Adesão*, conforme previsto na *Portaria n° 206/2008*¹¹. Estabelecida a parceria, o Prefeito deve indicar os integrantes do Grupo Técnico Municipal (GTM) - no mínimo três técnicos com formação nas áreas social, da saúde e da educação, representando as Secretarias Municipais envolvidas com o PIM e com carga horária mínima de 10 horas semanais de dedicação ao Programa. A organização de um grupo multidisciplinar com representações em diferentes Secretarias representa o primeiro nível de intersetorialidade previsto pelo Programa, pois permite a articulação de conhecimentos e serviços em prol do objetivo do mesmo. Estes integrantes devem participar de uma Capacitação Inicial de 40 horas semanais ministrada pelo Grupo Técnico Estadual (GTE) onde a estrutura, o funcionamento e a metodologia do PIM são abordadas através de palestras, vivências e análise dos instrumentos de implantação e implementação do Programa. Além disso, são realizados os encaminhamentos necessários à primeira etapa do processo de implantação.

A primeira etapa do processo de implantação compreende a sensibilização dos gestores, a decisão pela forma de contratação dos Visitadores e a elaboração, pelo GTM, dos instrumentos *Plano de Ação*, *Situação da Primeira Infância* e *Censo/Mapeamento*.

O *Plano de Ação* é elaborado, acompanhado e avaliado pelo GTM. Representa o instrumento norteador das ações do Programa Primeira Infância Melhor no Município. Seu objetivo é sistematizar o planejamento das ações, levando em consideração questões como local, data, prazos, duração, recursos humanos (responsáveis, público-alvo), recursos físicos, características do Município e a Metodologia do Programa.

O instrumento *Situação da Primeira Infância* tem como objetivo contextualizar a realidade social e as ações voltadas à primeira infância no município. Contempla números referentes a crianças e famílias, atendimentos institucionais de Educação, Saúde, Assistência Social e Cultura até os recursos direta ou indiretamente relacionados às mesmas. Os dados

¹⁰ As informações contidas neste texto são extraídas de documentações internas utilizadas pelo Programa Primeira Infância Melhor e não se configuram como publicação externa.

¹¹ Portaria que reajustou o valor do incentivo financeiro repassado pelo Estado e reitera as obrigações e atribuições do Estado e Municípios.

obtidos através do preenchimento do documento, possibilitam visualizar estratégias de implantação e implementação das ações voltadas à infância, em especial do Programa Primeira Infância Melhor. As informações necessárias ao preenchimento do instrumento poderão ser obtidas através de fontes de dados oficiais, disponíveis em todos os municípios e que normalmente subsidiam os respectivos Planos Municipais.

O instrumento *Situação da Primeira Infância* é uma ferramenta de referência para Gestores e Grupos Técnicos Municipais definirem as áreas prioritárias para implantação e posterior ampliação do Programa, pois ele contextualiza as condições sociais das comunidades, indicando os serviços e as carências existentes na atenção voltada a infância. A escolha das áreas deve considerar uma série de critérios, que compreendem: alto número de gestantes e crianças de zero até seis anos de idade; alta taxa de mortalidade infantil; grande número de famílias em situação de vulnerabilidade social; baixa cobertura de Educação Infantil e existência de rede de serviços e/ou programas para atendimento às famílias.

A partir da seleção da área, o Grupo Técnico Municipal identifica e seleciona as famílias que inicialmente receberão o atendimento do PIM, de acordo com os seguintes critérios: famílias com crianças que não estejam recebendo atendimento de Educação Infantil pelas vias institucionais e famílias interessadas em participar do Programa. Além disso, o atendimento deve priorizar famílias com gestantes e/ou crianças de zero até três anos de idade.

Após a seleção da área, deverá ser elaborado o *Mapeamento*. Neste, serão localizados os recursos sociais, rede de serviços e/ou programas e as famílias a serem atendidas pelo PIM, o que indicará a distribuição dos Visitadores na área geográfica, de forma a racionalizar o acesso dos mesmos às famílias.

Finalizada esta primeira etapa, o Grupo Técnico Municipal deve planejar, organizar e executar a Capacitação Inicial de Visitadores, etapa obrigatória para o desempenho da função, conforme regido pela *Lei 12.544/2006*, que, entre outras questões, indica o nível de escolaridade e as atribuições do cargo. A forma de contratação destes profissionais é decidida pela administração municipal, responsável pela manutenção dos mesmos na equipe. O Estado repassa um incentivo financeiro de R\$ 500,00/mês por Visitador, obedecendo a proporcionalidade de um Visitador para cada vinte e cinco famílias. Este valor pode ser

utilizado para a complementação salarial dos profissionais, conforme a Portaria n°. 206/2008, bem como para as demais ações do Programa.

Após a Capacitação dos Visitadores, as ações de sensibilização e divulgação do Programa nas Comunidades selecionadas se fortalecem, envolvendo líderes comunitários, profissionais da Rede de Serviços e a Comunidade em geral. Conforme o Guia de Orientação do GTM, Monitor e Visitador¹², as primeiras visitas em que são expostas informações sobre o Programa são decisivas para o sucesso de sua implantação. A disposição da família em se incorporar ao mesmo dependerá, em grande parte, da conscientização desta sobre a importância do Programa, das possibilidades de sua realização e, sobretudo, da forma respeitosa e agradável com que o Grupo Técnico Municipal, Monitor e Visitador apresentam-se à família.

O trabalho inicial do Visitador compreende a aplicação do instrumento *Censo, Caracterização e Diagnóstico*. Este instrumento é formado por cinco formulários de coleta de dados acerca das famílias, da população infantil e das gestantes das comunidades atendidas pelo Programa Primeira Infância Melhor. A aplicação de tais instrumentos caracteriza as famílias com relação ao número de crianças de zero até seis anos, número de gestantes, dados referentes à gestação, ao desenvolvimento infantil, à convivência familiar, às condições da moradia e da comunidade em geral. Tal caracterização auxilia o trabalho do PIM nas Comunidades, pois permite realizar uma leitura dos contextos familiares, no sentido de tornar as intervenções as mais adequadas possíveis ao cotidiano das famílias, promovendo o respeito à cultura, aos hábitos e as experiências locais. O Visitador tem noventa dias para aplicar os formulários - oportunidade em que se inicia a construção do vínculo de confiança e afeto com as famílias.

Concluída a caracterização das famílias e Comunidades, são iniciadas as *Modalidades de Atenção*, executadas pelo Visitador a partir de um planejamento prévio, voltado às especificidades de cada família e à promoção dos ganhos de desenvolvimento infantil.

A atenção dedicada às famílias participantes do PIM é realizada por meio das *Modalidades de Atenção Individual e Grupal*, complementadas pela abordagem comunitária. Todo o trabalho de orientação às famílias e estímulo a seus filhos é planejado e realizado de forma lúdica, levando em conta a faixa etária das crianças

¹² O PIM disponibiliza aos municípios, quatro Guias de Orientação: O Guia da Família, o Guia da Gestante, o Guia da Gestante para o Visitador e o Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador.

ou o período gestacional da mãe, as dimensões do desenvolvimento integral consideradas pelo Programa, seus pressupostos teóricos, o contexto e seus aspectos culturais. Além disso, o trabalho sempre é baseado no Acompanhamento dos Ganhos de Desenvolvimento, o que compreende o Diagnóstico Inicial do Desenvolvimento Infantil e avaliações subsequentes. Tanto o Diagnóstico Inicial quanto as avaliações posteriores utilizam indicadores de desenvolvimento que tomam como referência as dimensões a serem acompanhadas: cognitiva, motora, socioafetiva e linguagem. Eles orientam todo o planejamento do trabalho a ser realizado, que deve ir ao encontro das características e necessidades de cada criança/família (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p.67).

Desde o princípio dos atendimentos, a equipe municipal deve estar atenta às características das famílias, às condições das gestantes e ao desenvolvimento das crianças, tendo como fundamento de sua atuação os conteúdos dos Guias de Orientação disponibilizados pelo Programa. Os Guias contêm orientações sobre a Metodologia do Programa e, especialmente, sobre as características dos períodos gestacionais e das etapas do desenvolvimento infantil, fornecendo idéias de atividades e orientações que balizam as intervenções do PIM.

Um dos aspectos mais relevantes no atendimento às famílias com crianças de zero até seis anos é a possibilidade de acompanhar os ganhos de desenvolvimento infantil através de instrumento específico que oportuniza ao Visitador registrar suas observações cotidianas sobre os avanços e dificuldades experimentadas pelas crianças ao longo de seu processo de desenvolvimento e avaliá-las, com apoio do GTM e do Monitor, ao término de cada faixa etária. Este instrumento, intitulado *Acompanhamento dos Ganhos de Desenvolvimento Infantil*, é organizado a partir dos *Indicadores de Desenvolvimento* disponibilizados no *Guia da Família*. Eles representam as atitudes esperadas das crianças ao final de cada faixa etária, servindo de referência aos Planos de Modalidade e ao acompanhamento e avaliação do desempenho das crianças. Portanto, é fundamental que as equipes do Programa, especialmente os Visitadores, dominem estes conhecimentos, garantindo maior qualidade ao seu trabalho.

Além das *Modalidades de Atenção*, a Metodologia do PIM também prevê *Visitas de Acompanhamento*, *Reuniões Comunitárias com as Gestantes* e *Atividades Comunitárias* – iniciativas voltadas ao fortalecimento do protagonismo familiar no cuidado e educação de suas crianças e à ampliação da participação da Comunidade nas ações do PIM e no acesso à Rede de Serviços. Segundo o Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador, as *Visitas de Acompanhamento* junto às famílias com gestantes e crianças na faixa etária de 0 até 6 anos são realizadas para evitar possíveis “déficits” apresentados pela criança. Nessas visitas, os

familiares recebem orientações sobre como realizar as atividades, como utilizar objetos da vida cotidiana para brincar com a criança; como elaborar alguns materiais didáticos, bem como identificar o nível de satisfação das crianças, de seus familiares e gestantes, com relação ao Programa. As *Reuniões Comunitárias para Gestantes* é um trabalho coordenado pelo serviço de saúde local e geralmente ocorrem nas Unidades Básicas de Saúde. Na oportunidade são realizadas palestras e/ou oficinas ao grupo de Gestantes, sobre temas relativos à gestação, à amamentação, ao puerpério, dentre outros, sob um enfoque fisiológico e interdisciplinar repassado pela equipe de Saúde. O Programa Primeira Infância Melhor participa destas ações, mantendo a organização pré-estabelecida pela equipe que coordena o trabalho mensal com as gestantes, sendo imprescindível a presença de um representante do GTM, Monitor e os Visitadores responsáveis pelas atividades com as gestantes. A *Atividade Comunitária* baseia-se no trabalho com a participação dos diversos grupos e segmentos da comunidade, tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida da população, estreitar as relações sociais entre todos os membros da comunidade e motivar as famílias para outras formas de entretenimento e enriquecimento pessoal. Representam atividades voltadas aos interesses locais, planejadas em conjunto com as Secretarias, Comitê da Primeira Infância, GTM, Monitores, Visitadores e colaboradores da própria Comunidade.

2.2.1 Conhecendo as Modalidades de Atenção¹³

As *Modalidades de Atenção* representam a atenção dedicada às famílias pelo Programa Primeira Infância Melhor. Elas são planejadas pelos Visitadores com a supervisão do GTM e do Monitor. Este planejamento respeita a Metodologia do Programa e seus pressupostos teóricos, é baseado nas características de cada família, considera o período gestacional das mães e a faixa etária das crianças, tem como base as *Dimensões* e os *Indicadores de Desenvolvimento* e as orientações do *Guia da Gestante para o Visitador* e do *Guia da Família*

Conforme materiais internos elaborados pelos GTE, as *Dimensões do Desenvolvimento* correspondem às seguintes descrições:

Dimensão Sócio Afetiva: afetividade provém de “estar afetado”. Todas as experiências conscientes do ser humano, em que ele se sinta afetado, influem sobre ele. Dentre as

¹³ As informações contidas neste texto são extraídas das documentações internas utilizadas pelo Programa Primeira Infância Melhor e não se configuram como publicação externa.

experiências humanas, são as relações sociais que determinarão seu pleno desenvolvimento emocional. Sendo assim, a qualidade das relações sociais estabelecidas pelo indivíduo desde seu nascimento é, portanto, fator decisivo para a formação de laços afetivos saudáveis, do equilíbrio e do controle emocional e sentimental. O desenvolvimento sócio-afetivo perpassa pelas demais dimensões, pois influi sobre aspectos como: a iniciativa para a descoberta, a motivação, a auto-estima, a auto-confiança, a tolerância à frustração, a sensibilidade emotiva etc.

Dimensão Cognitiva: se constrói a partir da natureza questionadora e investigativa das crianças. A dimensão cognitiva diz respeito ao raciocínio lógico, a criatividade, ao entendimento da orientação espacial, a atenção seletiva, a observação, a memória, ao cálculo, aos conceitos numéricos, além da capacidade de reflexão e de auto-avaliação.

Dimensão Motora: o movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana e está presente no conjunto das atividades infantis. A partir do nascimento a criança vai adquirindo maior domínio de seus movimentos e se apropria de novas formas de exploração e interação com o mundo. Através do movimento, as crianças podem expressar sentimentos, emoções e pensamentos, enquanto ampliam as possibilidades do uso significativo de gestos e culturas corporais.

Dimensão da Linguagem: a linguagem é a ferramenta utilizada pelo homem para se comunicar e se inserir no mundo. Inicialmente são os gestos e expressões corporais que constituem a linguagem dos bebês. Progressivamente, a criança se apropria da fala do “outro” e amplia suas capacidades de expressão e comunicação, através de um processo que vai além da memorização de sons e palavras e está fortemente ligado à reflexão, ao pensamento e a explicitação de seus atos, sentimentos, sensações e desejos. Com a aquisição da linguagem oral - sistema de signos histórico e social – o homem se torna capaz de significar o mundo e a realidade. Através dela é possível comunicar idéias, pensamentos e intenções de diversas naturezas estabelecendo assim relações inter pessoais. A aprendizagem da linguagem oral é um dos elementos importantes para as crianças ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais.

Organizados por faixa etária, os *Indicadores de Desenvolvimento*, também conhecidos como *Ganhos de Desenvolvimento* são os seguintes¹⁴:

Indicadores de zero até três meses:

- Sorri quando estimulado.
- Consegue emitir sons para se comunicar.
- Mantém a cabeça firme.
- Ao deitar de bruços, consegue levantar a cabeça e parte do tronco.
- Consegue agarrar objetos que estão ao seu alcance.
- Consegue fixar o olhar em pessoas ou objetos.
- Segue objetos em movimento com os olhos.
- Move sua cabeça na direção de algum som ou voz

Indicadores de três a seis meses:

- Reconhece pessoas mais próximas e chora com desconhecidos.
- Demonstra estar contente através do sorriso ou balbucio.
- Consegue virar-se de barriga para baixo e para posição de costas.
- Agarra com as mãos objetos pequenos e os mantém por certo tempo.
- Consegue sentar com apoio ou sozinha por alguns minutos.
- Consegue reconhecer a voz de pessoas próximas.
- Procura com os olhos brinquedo colocados a sua frente.

Indicadores de seis a nove meses:

- Inicia com o engatinhar.
- Consegue sentar sozinha conservando o equilíbrio.
- Pega com dois dedos, objetos ou brinquedos.
- Consegue colocar e tirar objetos de uma caixa grande.
- Procura brinquedos escondidos propositalmente.
- Gosta de brincar de atirar e buscar objetos.
- Imita e emite alguns sons familiares.

¹⁴ Encontrados nos materiais teóricos do Programa e no Guia da Família.

- Já presta atenção quando escuta seu nome.

Indicadores de nove a doze meses:

- Consegue dar pequenos passos.
- Consegue segurar um brinquedo enquanto caminha.
- Explora, atira e pega brinquedos e objetos.
- Sabe fazer brincadeiras simples, como ninar uma boneca.
- Consegue tampar e destampar uma caixa.
- Cumpre pequenas ordens.
- Fala algumas palavras.
- Consegue segurar o copo para beber.

Indicadores de um a dois anos:

- Caminha sem ajuda e com equilíbrio.
- Consegue subir e descer degraus.
- Consegue chutar uma bola.
- Sabe montar pirâmides com argola ou caixas.
- Consegue tampar e destampar caixas.
- Entende ordens simples e cumpre até três ordens simultâneas.
- Pronuncia frases com três palavras.
- Segura o talher para se alimentar.

Indicadores de dois a três anos:

- Pronuncia e compreende um maior número de palavras.
- Faz imitações das atitudes simples dos adultos.
- Consegue correr com equilíbrio.
- Pula com os dois pés juntos ou um de cada vez.
- Consegue selecionar objetos por cor e forma.
- Monta torres com mais de três peças.
- Desenha riscos e rabiscos em papel.
- Segura copo e talher com firmeza.
- Avisa sobre as necessidades fisiológicas.

- Despede-se das pessoas quando sai de um lugar.

Indicadores de três a quatro anos:

- Consegue manter um diálogo simples com outras pessoas.
- Relaciona-se e brinca amistosamente com outras crianças.
- Relaciona-se bem com crianças ou adultos conhecidos.
- Consegue correr com segurança.
- Consegue saltar com segurança.
- Põe em ordem de tamanho até três peças.
- Monta quebra-cabeças de até quatro peças.
- Consegue fazer associações.
- Consegue vestir-se sozinha.
- Amarra os cordões dos sapatos e abotoa roupas.
- Sabe repetir poesias ou contos curtos.

Indicadores de quatro a cinco anos:

- Se diverte ao brincar com outras crianças.
- Consegue realizar atividades simples quando solicitada.
- Consegue montar quebra-cabeças com até seis peças.
- Sabe agrupar e comparar objetos por cor e forma.
- Ordena objeto por tamanho.
- Fala com clareza.
- Sabe se expressar bem no passado e no presente.
- Tem noção de espaço, como em cima, embaixo, atrás, na frente.

Indicadores de cinco a seis anos:

- É mais independente, já sabe tomar banho e vestir-se.
- Sabe e compreende o que pode ou não fazer.
- É disponível para ajudar nas tarefas domésticas.
- Consegue recortar e colorir cuidando para não sair dos contornos.
- Tem mais precisão no traçado e gosta de realizar trabalhos manuais.

- Consegue correr, pular e subir com coordenação.
- Tem interesse em tarefas que a façam pensar.
- Conversa bastante e sabe se expressar no passado, presente e futuro.
- Demonstra muita curiosidade e realiza repetitivas perguntas.
- Já demonstra vontade de ir para a escola.

O planejamento das Modalidades é realizado em instrumento específico, o *Plano de Modalidade de Atenção*, onde o Visitador descreve como serão realizados os momentos previstos para sua execução. Conforme a atividade escolhida torna-se necessário elaborar materiais - como brinquedos e jogos – respeitando o objetivo eleito e as condições sociais, culturais e econômicas das famílias. A Metodologia de Atendimento do PIM prevê a realização de Modalidades de Atenção Individual e Grupal, ambas executadas pelo Visitador com o objetivo de proporcionar às famílias orientações de caráter lúdico voltadas ao fortalecimento dos vínculos afetivos e do potencial educativo e cuidador das mesmas.

A Modalidade de Atenção Individual se destina ao atendimento de famílias com crianças de zero até três anos, bem como às gestantes vinculadas ao Programa. O atendimento individual à gestante ocorre quinzenalmente em sua residência, intercalando com uma Modalidade Grupal e uma Atividade Comunitária, enquanto o atendimento individual voltado às famílias com crianças é realizado semanalmente em suas residências - ambos com duração média de aproximadamente uma hora.

Conforme previsto no Plano de Modalidade, a execução dos atendimentos individuais respeita os seguintes momentos:

Primeiro Momento/Momento Inicial

É aquele no qual o Visitador organiza o ambiente, criando as condições necessárias para a execução da Modalidade. Na sequência, ele retoma com a família ou gestante as orientações da atividade deixada para a semana, através de perguntas previamente elaboradas. Esta retomada permite ao Visitador verificar o comprometimento da família com a proposta do PIM e seu entendimento sobre os benefícios da atividade, bem como permite observar os ganhos obtidos pelas crianças. Finalizada esta etapa, o Visitador orienta sobre as atividades que serão realizadas no dia, explicitando seus objetivos, sua forma de execução, os materiais utilizados e como acontecerá a participação da família. A família deve ser esclarecida sobre

quais aspectos do desenvolvimento serão favorecidos ou quais os benefícios da atividade para o período gestacional. Para garantir a compreensão plena da proposta, o Visitador pode demonstrar à família como se realiza a atividade, assim como pode ilustrar como preparou o material.

Segundo Momento

É o momento da execução da atividade pela família, quando o Visitador se posiciona como mediador da relação estabelecida entre a família e sua criança, incentivando ambas para a realização da proposta. É nesse momento que o Visitador tem a oportunidade de observar o modo como a criança realiza a atividade, como se expressa, como se relaciona e se apresenta alguma dificuldade na execução. É possível perceber, ainda, a relação da família com a criança e se esta dá continuidade às atividades de estímulo propostas pelo Visitador. No caso do atendimento à gestante, o Visitador deve assumir uma posição de apoio e motivação, envolvendo, sempre que possível, os familiares presentes.

Terceiro Momento

É quando o espaço da Modalidade é reorganizado e o Visitador avalia com a família o desempenho da criança durante a atividade. Nesse momento, a família deve ser estimulada a expressar suas opiniões e dúvidas. O Visitador deve então, com a ajuda do Guia da Família, orientar uma atividade para ser realizada durante a semana. Esta atividade pode ser uma continuidade do que foi trabalhado na visita, acrescida de novos desafios de aprendizagem. No atendimento à gestante, também é realizada uma avaliação do que foi desenvolvido e uma atividade deve ser dada para a mãe e seus familiares, com base no Guia da Gestante.

As Modalidades Grupais também se desenvolvem em três momentos, porém, por se tratar de um planejamento único, o Visitador deve ter o cuidado de contemplar em sua prática às diferentes necessidades dos indivíduos envolvidos nos grupos.

2.3 SITUAÇÃO ATUAL DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR

O Programa está enquadrado numa proposta que interpreta a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios que se constituem num processo dinâmico e de aprendizado. Nesta abordagem, o ciclo da política pública atravessa diferentes etapas: definição da agenda (neste caso, a relevância de políticas voltadas à infância), identificação

das alternativas, avaliações e seleção das opções (corresponde a realização do diagnóstico que fundamentou o planejamento das ações), implementação e avaliação das ações. Com oito anos de execução, o PIM se encontra em fase de monitoramento e avaliação. Segundo Armani, esta etapa corresponde à adoção de uma série de procedimentos de acompanhamento e análise das ações realizadas ao longo de sua implementação, com o objetivo de checar se as atividades e resultados observados correspondem ao que foi planejado e se os objetivos previstos estão sendo alcançados (ARMANI, 2004, p.70). Neste sentido, no segundo semestre de 2010, foi executado um estudo de intervenção, em que se avaliou o impacto do PIM para o desenvolvimento de crianças acompanhadas, em comparação com crianças que não tenham sido incluídas no Programa. Além disso, foram coletadas informações junto às famílias, comunidades, Monitores, Visitadores, Grupos Técnicos Municipal e Estadual e gestores. A avaliação teve apoio técnico do Centro de Referência Latino Americano para a Educação Pré-Escolar (CELEP) de Cuba e seus resultados estão em processo de análise.

Atualmente, dos 496 Municípios gaúchos, o Programa Primeira Infância Melhor está implantado em 255, sendo que 359 estão com equipes capacitadas para sua implantação. Isto representa 58.550 famílias, 7.026 gestantes e 87.877 crianças atendidas.

Situação atual		
Municípios capacitados 359	Visitadores habilitados 2.342	Famílias atendidas 58.550
Municípios habilitados 255		Gestantes atendidas 7.026
		Crianças atendidas 87.877

Quadro 1: Situação atual do PIM

Fonte: www.saude.rs.gov.br. Acesso em dez.2010.

3 DE MÃOS DADAS PELA INFÂNCIA: FORTALECER A FAMÍLIA PARA PROTEGER A CRIANÇA

A criança pequena não é um organismo capaz de vida independente e, por isso, necessita de uma instituição social especial que a ajude durante o período de imaturidade. Esta instituição social deve auxiliá-la de duas maneiras: primeiramente, ajudando-a a satisfazer suas necessidades imediatas, tais como alimentação, calor, abrigo e proteção; em segundo lugar, proporcionando-lhe um ambiente no qual possa desenvolver ao máximo suas capacidades físicas, mentais e sociais, para poder lidar eficazmente, quando adulta, com o meio físico e social. Para tanto, é necessária uma atmosfera de afeição e segurança (BOWLBY, 2006, p.77).

O meio familiar exerce uma das mais importantes influências no desenvolvimento das capacidades cognitivas e na estruturação das características afetivas de suas crianças, na medida em que representa o espaço onde a criança realiza suas experiências sociais e exploratórias, elaborando suas representações de afeto, valores, costumes e hábitos. Neste processo, o contexto social e histórico confere à criança uma trama simbólica que estrutura sua aprendizagem e oferece um caminho a ser seguido, mas é na família que esse caminho é forjado: através da interação da criança com seus membros mais experientes. Pode-se conferir à família, portanto, o papel de mediadora entre o mundo infantil e o mundo social onde ela está inserida, caracterizando o processo de socialização.

Ao nascer, a criança se integra em uma história e uma cultura: a história e a cultura de seus antepassados, próximos e distantes, que se constituem como importantes referências na construção de seu desenvolvimento. Ao longo dessa construção estão presentes as experiências, os hábitos, as atitudes, os valores e a própria linguagem daqueles que interagem com a criança, em seu grupo familiar (VYGOTSKY, 1987, p.45).

Para Vygotsky (1988), é a interação da criança com seu meio que permite que ela construa conceitos cada vez mais elaborados sobre sua realidade. Neste processo de formação da consciência, ela se apresenta como um ser interativo, que se constitui a partir de suas relações intra e interpessoais, sendo capaz de penetrar na vida intelectual daqueles que a cercam e construir seu desenvolvimento, sua cultura e sua história – provocando mudanças em seu cenário social.

É dentro da família que a criança adquire, em primeira instância, uma formação de valores e a aprendizagem de normas que, posteriormente, se estenderão a seu contexto secundário, que é a escola e logo a sociedade em geral [...] a influência do entorno familiar é predominante em todos os períodos cruciais do crescimento, porque é a única que exerce um efeito permanente na criança (AMAR; LLANOS; GARCÍA, 2004, p.163).

Somada à função de mediação com o mundo social, a família tem a função de garantir que suas crianças tenham, desde seu nascimento, oportunidades educativas que primem pela promoção de todo seu potencial de aprendizagem. Esta importância é reforçada pelos resultados de pesquisas e experiências realizadas nas últimas décadas na área da neurociência. Eles revelam que o desenvolvimento cerebral depende fundamentalmente da qualidade da educação e dos cuidados recebidos na primeira infância. Isto porque, quando nasce, o bebê ainda não completou a formação de seu sistema neurológico e perceptivo - dependentes da união da sua herança genética com as suas experiências de acolhimento e promoção de suas capacidades intelectuais e criativas.

As funções do cérebro se desenvolvem rapidamente à medida que a criança tem contato com seu grupo social, aprende a língua materna e os modos de fazer as coisas de sua cultura. A criança que não tiver acesso à interação com pessoas significativas (adultos e outras crianças com as quais mantém relações afetivas e que a ajudam a participar da vida da família e da comunidade) não se desenvolverá, nem irá aprender adequadamente o mundo em que vive (BRASIL, Ministério da Saúde, 2002, p.42).

As pesquisas realizadas por Carla Shatz¹⁵ (2001), revelam que o cérebro de um bebê nasce com um circuito que é a sua adinção sobre a visão, a linguagem ou qualquer outra função. A partir disto, tudo depende da atividade – não mais espontânea, mas criada pelas experiências sensoriais - capazes de transformar o esboço inicial do cérebro. A modulação cerebral ocorre, especialmente, do nascimento aos três anos de idade, quando o número de conexões neurais (sinapses) realizadas pelo cérebro infantil encontra seu ápice, consumindo o dobro de energia que o cérebro de um adulto. Estas conexões continuam ocorrendo ao longo de toda a vida, mas, por volta dos 12 anos, o cérebro deixa para trás uma capacidade de desenvolvimento única, pois o equilíbrio entre a criação e a eliminação de sinapses se inverte abruptamente: ele elimina aquelas que foram menos estimuladas e preserva as que foram fortalecidas pela experiência¹⁶.

Conforme James Mustard¹⁷ (2009), a modulação cerebral pela experiência é responsável por processos mais básicos como o de adaptação e mais complexos, como o da aprendizagem. Portanto, para uma criança poder ter todo seu potencial de aprendizagem, é fundamental que, desde o nascimento, ela possa ter experiências adequadas, como ser tocada,

¹⁵ Neurologista da Universidade de Berkeley, na Califórnia, Estados Unidos,

¹⁶ Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, n.1964, mar. 1996.

¹⁷ Médico pela University of Toronto, com doutorado em Cambridge. Co-fundador da McMaster University's New Medical School, fundador-presidente do Canadian Institute for Advanced Research. É especialista em determinantes socioeconômicas do desenvolvimento humano e saúde e criador do Council for Early Child Development.

escutar sons, realizar movimentos diferentes - numa interação de qualidade com os adultos que a cercam e que, posteriormente, resultarão na ampliação de suas possibilidades sinápticas, favorecendo o desenvolvimento da memória e de aprendizagem mais eficientes¹⁸.

Como o cérebro se desenvolve de modo que a criança se transforme em um adulto funcional? Nos anos iniciais de vida, o cérebro define trilhas biológicas que afetam a saúde física e mental, a capacidade de aprender e o comportamento durante toda a vida. Essas trilhas são definidas pela história da criança, as experiências vividas em seus primeiros anos de existência¹⁹ (MUSTARD, 2008).

A constatação de que as experiências do início da vida afetam os caminhos neurais, exercendo influência decisiva na estrutura básica e funcionamento do cérebro e, por consequência, na capacidade de desenvolvimento dos indivíduos, torna inviável abordar o tema educação e cuidado na primeira infância sem referenciar o contexto familiar onde as crianças estão inseridas - considerando que os elementos do ambiente que a acolhem podem atuar como facilitadores ou inibidores de seu desenvolvimento. Falar em educação e cuidado na primeira infância demanda, portanto, refletir sobre a criação de políticas que considerem a família com um dos espaços prioritários para investimentos socioeducativos, visando o fortalecimento de suas funções parentais. Mustard (2008) constata que para realmente mudar o desenvolvimento da criança, têm de haver programas de desenvolvimento infantil de qualidade e, especialmente, com envolvimento dos pais.²⁰

Contudo, a análise da situação da primeira infância no país revela que, para alcançar seus objetivos, essas políticas precisam reverter a cultura de setorizar os serviços, de forma a promover práticas de caráter integral, mais articuladas e eficientes. Dados do IBGE (IBGE, 2007) indicam que as crianças brasileiras de zero a seis anos representam um dos segmentos mais vulneráveis da população: 45,5% das famílias brasileiras com crianças na primeira infância vivem com um rendimento mensal *per capita* de até meio salário mínimo. No Rio Grande do Sul, este percentual é de 33,6%.

A pobreza exhibe inúmeras faces e tem muitas dimensões. Ela ameaça todos os aspectos da infância por privar as crianças de oportunidades de sobrevivência, desenvolvimento e prosperidade. Ela cristaliza ou amplia disparidades sociais, econômicas e de gênero que impedem as crianças de desfrutar oportunidades igualitárias, e corrói os ambientes familiares e comunitários de proteção, tornando as crianças vulneráveis à exploração, ao abuso, à violência, à

¹⁸ Relato realizado no *Meeting on Early Childhood Education*, organizado pela Academia Brasileira de Ciências em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

¹⁹ Fonte: site da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, acessado em junho de 2010.

²⁰ Fonte: site da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, acessado em junho de 2010.

discriminação e à estigmatização. A pobreza inibe a capacidade das famílias e das comunidades de cuidar das crianças (UNICEF, 2005, p.15).

Associadas ao nível de pobreza da população, a mortalidade infantil e a violência doméstica representam alguns dos maiores desafios brasileiros na busca pela garantia dos direitos da criança. Conforme publicação da UNICEF (2005), o país apresenta a terceira maior taxa de mortalidade infantil da América Latina, estando atrás apenas da Bolívia e da Guiana. Esta situação reflete as condições de bem estar que prevalecem em meio a uma população, fruto da qualidade dos serviços de saúde voltados à gestante e à criança, da segurança alimentar e nutricional, da situação de moradia e saneamento básico, entre outros fatores ligados à qualidade de vida. Ao mesmo tempo, os acidentes e agressões estão entre as principais causas de morte em crianças de um a seis anos e sua ocorrência se dá, na maioria das vezes, no meio familiar, como pretexto para educar ou disciplinar – resultando, na verdade, na perpetuação de relações de poder injustas e desiguais entre os membros da família (UNICEF, 2005). Fatores de ordem cultural, social, psicológica e econômica impulsionam as situações de violência doméstica e refletem em que medida a família compreende o significado de cuidar, educar e proteger suas crianças. São muitos os danos sofridos por crianças expostas à violência cotidiana, especialmente os de ordem afetiva: a criança pequena necessita se sentir segura e amparada para fortalecer sua presença no mundo, do contrário, algum grau de insegurança e baixa auto estima irá acompanhá-la em sua trajetória. Além disso, suas relações iniciais servem de matriz para as relações futuras, o que permite concluir que os modelos de convivência são internalizados e reproduzidos em etapas posteriores.

A violência doméstica tem um grande impacto em todas as esferas do desenvolvimento da criança [...] crianças que vivenciam atos violentos cotidianamente podem desenvolver uma dessensibilização emocional à violência, passando a percebê-la como um componente normal da realidade. Quando adultos, podem apresentar dificuldades nos seus relacionamentos interpessoais, transtornos de personalidade, e podem também, se tornar pais e mães que maltratam seus filhos, reproduzindo o ciclo de violência sofrido (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p.34).

Para o UNICEF, a ampliação, a articulação e a integração de programas e projetos de apoio sociofamiliar são as principais diretrizes da política de convivência familiar (2005, p.35). Contudo, a apropriação deste olhar requer uma ampliação no entendimento da criança como sujeito detentor de direitos e da família, como espaço privilegiado de recepção, acolhimento e promoção do desenvolvimento de suas crianças – e que, portanto precisa ter suas competências apoiadas e fortalecidas. Conforme o UNICEF (2006), competências familiares são entendidas como:

O conjunto de conhecimento, práticas e habilidades necessário para promover a sobrevivência, o desenvolvimento, a proteção e a participação das crianças. São competências que as famílias já possuem, mas, em muitos casos, precisam ser fortalecidas (UNICEF, 2006, p.89).

As competências familiares compreendem os cuidados realizados durante a gestação, especialmente no acesso ao acompanhamento pré-natal, fundamental para a saúde da mãe e do bebê; os cuidados com a nutrição da criança que começam com o aleitamento materno; a capacidade das famílias em prevenir doenças, identificar sintomas e encaminhar para tratamento quando necessário o que inclui, por exemplo, cuidados com a higiene e o acompanhamento da saúde infantil através do Cartão da Criança²¹. Compreendem também, a capacidade da família em promover o desenvolvimento cognitivo e emocional de suas crianças e protegê-las para que suas necessidades sejam supridas em um ambiente longe de violência (UNICEF, 2006). No Brasil, entre as iniciativas que atuam diretamente junto às famílias, orientando pais e cuidadores sobre os cuidados necessários com a primeira infância, está a Estratégia de Saúde da Família (ESF) – parceria do governo federal com as prefeituras e o trabalho da Pastoral da Criança - ambos apoiados por materiais elaborados pelo UNICEF para a Estratégia Família Brasileira Fortalecida. O Programa Primeira Infância Melhor (PIM) representa o esforço do governo gaúcho em promover as competências familiares, orientando, através de visitas domiciliares semanais, as famílias para que estas sejam capazes de promover o desenvolvimento integral de suas crianças, da gestação até os seis anos de idade.

O PIM respeita e considera as experiências e a cultura das famílias atendidas no planejamento de suas ações. Semanalmente, leva às suas casas conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil, incentivando-as à reflexão, a olhar para suas crianças identificando suas potencialidades, suas características, dificuldades, promovendo o cuidado adequado dos seus filhos (SCHNEIDER, RAMIRES, 2007, p.53).

As formas contemporâneas de configuração e dinâmica familiar - impulsionadas pelas contingências sociais, econômicas e culturais atuais - revelam espaços resultantes de demandas externas e internas que fundamentam a necessidade de considerar a família dentro de um contexto cultural mais extenso e específico, numa lógica que rompa com perspectivas reducionistas que desvalorizam os saberes locais e desenvolvem trabalhos comunitários a partir de modelos homogeneizadores. No que diz respeito ao trabalho com classes populares, ainda é comum o desenvolvimento de práticas que vinculam à condição de pobreza a idéia de desorganização e incompetência dos sujeitos em decidir sobre suas próprias vivências o que

²¹ Instrumento onde os serviços de saúde anotam as informações de crescimento e de vacinas recebidas pela criança.

regulamenta uma intervenção de caráter corretivo e normatizador. Atendendo especialmente àquelas famílias que se encontram em vulnerabilidade social, o Programa entende que o processo de desconstrução destas práticas se constitui em um dos seus maiores desafios, na medida em que os profissionais envolvidos em sua execução precisam reorganizar constantemente seu conjunto de percepções sobre os contextos e formas de organização familiar.

Neste sentido, uma das estratégias permanentes é o estabelecimento de uma relação de caráter dialógico entre os profissionais do Programa Primeira Infância Melhor e as famílias atendidas, favorecendo um atendimento personalizado, voltado às necessidades e desejos identificados no convívio, na escuta e na cumplicidade conquistada. A cultura e as experiências familiares precisam atravessar as intervenções realizadas, se firmando como ferramentas que permitam a construção de uma rede de significados válida para cada história, tempo e lugar, sem a qual as orientações realizadas pelo Visitador perdem seu valor. Além disso, espaços para reflexões e estudos sobre as realidades assistidas fortalecem práticas onde a família é vista como um agente ativo no Programa, a partir da valorização de seus próprios recursos. Considerando a família como a primeira instituição responsável pela educação das crianças pequenas e como uma frente prioritária de defesa e promoção das capacidades humanas, o PIM entende que o alcance de seus objetivos depende, fundamentalmente, da valorização da biografia, valores e hábitos de cada família, incorporando também a comunidade com seus costumes e tradições. Desta maneira, o Programa busca cumprir um importante papel de apoio às funções parentais de proteção e promoção do desenvolvimento integral das suas crianças.

4 VISITANDO FAMÍLIAS: A PRÁTICA DE APRENDER E DE ENSINAR DO VISITADOR

Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas. Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove. E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Cora Coralina

4.1 FORMAÇÃO E PERFIL DO VISITADOR DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR: IMPACTOS SOBRE A QUALIDADE DOS ATENDIMENTOS

A visitação domiciliar tem se constituído com uma das formas mais eficazes de intervenção, na medida em que permite um diagnóstico pontual das características e necessidades de cada contexto atendido, possibilitando a elaboração de orientações coerentes com demandas e possibilidades reais de desenvolvimento. No viés do Programa Primeira Infância Melhor, o Visitador é o responsável direto por conhecer e identificar tais demandas e possibilidades, sustentado por uma equipe de profissionais de múltiplas formações. Considerando a relevância das atribuições do Visitador, a equipe gestora municipal tem como uma de suas principais responsabilidades a adoção de estratégias que privilegiem uma seleção e formação inicial e continuada de qualidade, garantindo a contratação de Visitadores com perfil adequado ao papel que representam na estrutura do Programa.

Os benefícios proporcionados por serviços que adotam a visitação domiciliar como método de intervenção são defendidos por autores como Barbara Hanna Wasik²², porém, ela reforça a idéia de que o alcance de tais benefícios está atrelado aos esforços para recrutar e capacitar visitantes de forma condizente aos objetivos pretendidos. Wasik (1993), afirma que esta metodologia de trabalho é, provavelmente, a forma mais pessoal de oferecer serviços à sociedade. Trata-se de uma estratégia que permite elevar os benefícios pretendidos, na medida em que o visitador domiciliar ganha acesso a informações que dificilmente estão disponíveis para outros serviços de apoio, incluindo informações sobre as condições de vida das famílias, padrões de interação familiar, valores e crenças familiares, além de permitir conhecer os

²² Barbara Hanna Wasik, Ph.D., é professora e vice-reitora da Escola Superior de Educação e investigadora sênior do Frank Porter Graham Child Development Center da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill, Estados Unidos.

parceiros sociais e recursos materiais que podem apoiar a família. Estas informações possibilitam ao visitador domiciliar identificar aquilo que a família realmente precisa, promovendo uma intervenção mais centrada e sensível às suas demandas. Contudo, a pesquisadora aponta que esses benefícios são possíveis apenas quando os visitantes recebem formação suficiente e apoio para realizar seu trabalho – o que carece da estruturação de orientações bastante precisas sobre como selecionar, treinar e apoiar os visitantes domiciliares. Cabe, portanto, descrever as formas de seleção e a metodologia de formação proposta pelo Programa Primeira Infância Melhor e o perfil esperado de seus Visitadores, para então refletir sobre as possibilidades de qualificação dos atendimentos, a partir de estudos desenvolvidos na área.

Conforme a Lei 12.544/06, o Ensino Médio completo na modalidade normal é a formação mínima para atuar como Visitador, acrescida de uma capacitação inicial específica para desenvolvimento das atividades do Programa com duração mínima de 60 horas. Na falta de recursos humanos com esta formação, a Lei admite a formação no Ensino Fundamental, acrescida de capacitação inicial com duração mínima de 180 horas. A implantação municipal do Programa revelou, porém, a necessidade de reformular a Lei citada, prevendo como formação mínima para atuação no Programa o Ensino Médio completo, de preferência na modalidade normal acrescida de capacitação inicial específica para o desenvolvimento do Programa com duração mínima de 60 horas. Mantém-se a possibilidade de dispor de Visitadores com formação no Ensino Fundamental, conforme disposto acima. A alteração da Lei encontra-se em estudo no setor jurídico da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

A seleção e contratação dos Visitadores é responsabilidade do Município, devendo respeitar as indicações previstas na legislação citada e as orientações contidas nas documentações internas do Programa. Além disso, o Parecer nº 07/2007²³, do Tribunal de Contas do Estado, indica as possibilidades de vínculo entre os Visitadores e os Municípios para os fins do Programa Primeira Infância Melhor, servindo de referência aos setores administrativos e jurídicos municipais. Neste parecer, a contratação, em regime contratual (celetista), com a possibilidade de demissão com justo motivo, se o programa tiver solução de continuidade é avaliada como a solução que melhor se afeiçoaria ao princípio da

²³ Parecer nº. 07/2007 de 28 de março de 2007, que orienta sobre as possibilidades de vínculo do Visitador domiciliar e os Municípios, para o fim do Programa Primeira Infância Melhor. Disponível em <http://www.pim.saude.rs.gov.br/conteudos/Legislacao/ParecerDoTCE-07-2007.pdf>. Acesso em ago.2010.

economicidade, de modo a evitar que o Município fizesse ingressar nos seus quadros de pessoal servidores em caráter permanente, para o desempenho de funções que podem vir a ser transitórias. Quanto ao uso de bolsistas ou estagiários, o Parecer se mostra favorável, porém, alerta para a necessidade de se observar a legislação específica aplicável a essa forma de aprendizado, o que determina a necessidade de que os estudantes sejam orientados e acompanhados por profissionais habilitados. O caráter permanente da atuação do Visitador, vinculada a um programa cuja duração é indeterminada, descarta a possibilidade do uso de contratos temporários para atender excepcional interesse público ou de cargos em comissão, pela incompatibilidade das hipóteses previstas na Constituição Federal (art. 37, V e IX).

Respeitados os aspectos legais, o processo seletivo deve priorizar então a definição do perfil desejado para o Visitador, respeitando as funções do cargo. O Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador define o perfil e as funções do Visitador, fornecendo os aspectos que devem ser considerados por Gestores e equipes municipais do PIM na sua seleção. Contudo, é preciso aliar estas orientações às realidades que serão atendidas, proporcionando uma contratação coerente com as possibilidades de cada local. Durante o processo seletivo, é fundamental que os candidatos vivenciem oportunidades onde seja possível visualizar seu perfil profissional– o que pode ser obtido através da análise dos currículos, de atividades de estudo e interpretação de casos, de entrevistas e demais atividades práticas. A análise do perfil também merece atenção durante o acompanhamento sistemático da atuação do Visitador já contratado, indicando as necessidades de supervisão e formação continuada.

Os aspectos do perfil do Visitador definidos pelo Programa são:

- Ter disponibilidade obrigatória de carga horária: 40 horas semanais para o Programa. Em caso de bolsista, 30 horas semanais.
- Estar identificado com trabalhos e ações voltados à criança.
- Ter experiência no trabalho comunitário com crianças e/ou famílias.
- Apresentar capacidade de organizar o seu trabalho, planejando o tempo necessário para realizá-lo e executá-lo nas horas previstas.
- Possuir facilidade em estabelecer boas relações com as famílias e a comunidade.
- Ser respeitoso, amável e afetuoso no trabalho com as famílias.

- Ter senso crítico para examinar suas próprias dificuldades e aceitar as sugestões dos demais.
- Ter entusiasmo, iniciativa, criatividade, liderança, otimismo e compromisso.
- Saber cooperar, trabalhar em equipe.
- Ser persistente, responsável, disciplinado e ético, mantendo sigilo sobre a situação de cada família.
- Perceber, apreciar, respeitar e promover a cultura e os valores da família.
- Ser capaz de construir e desenvolver conhecimentos junto às famílias e crianças e de reconhecer o enriquecimento do seu saber com a prática.

Conformes as orientações do Programa, são funções do Visitador:

- Realizar o trabalho diretamente com as famílias, orientando-as e capacitando-as para realizar as atividades de estimulação para o desenvolvimento integral da criança, desde a gestação.
- Orientar as famílias sobre as atividades de estimulação adequadas a partir do diagnóstico inicial de seu desenvolvimento.
- Acompanhar e controlar a qualidade das ações educativas realizadas pelas próprias famílias junto às crianças e as ações realizadas pelas gestantes.
- Acompanhar os resultados alcançados pelas crianças e pelas gestantes.
- Planejar e executar as Modalidades de Atenção Individual e Grupal.
- Planejar e executar seu cronograma de visitas às famílias.
- Participar da Capacitação de Visitadores, realizadas pelo Monitor/GTM.
- Vestir-se adequadamente, para a execução de suas atividades.
- Receber a formação e a capacitação necessárias.
- Estar disposto a crescer pessoal e profissionalmente.
- Se o visitador perceber e/ou identificar problemas na família como, por exemplo, suspeita de violência doméstica, crianças portadoras de deficiência, entre outras, deverá comunicar de imediato o GTM para que seja acionada a rede de serviços.

Uma revisão da bibliografia sobre programas de visitação domiciliar revela que o perfil exigido para os visitadores se transformou na medida em que as propostas de intervenção ampliaram seu enfoque, passando a considerar a necessidade de intervir em questões mais amplas dos contextos familiares, o que antes permanecia restrito, em muitos

casos, ao atendimento direto das crianças. Com novas expectativas sobre o trabalho do visitador, se passou a exigir a contratação de indivíduos mais flexíveis e talentosos para lidar com as diversidades familiares e não apenas com questões relativas ao desenvolvimento das crianças. Neste sentido, Wasik (1993), sugere que as equipes responsáveis pela contratação de visitadores domiciliares tenham clara qual a intenção da proposta de intervenção que desejam para, enfim, definir as competências e as qualidades que os candidatos ao cargo devem apresentar. A autora indica que a intenção de intervenção de um Programa pode ser verificada a partir da resposta dada para três perguntas: Quem é o cliente? Como é que o cliente é servido? Qual é o papel do visitador?

No contexto do PIM, o cliente é a família, considerada um universo singular de significados e experiências e um agente competente e ativo em seu próprio processo de desenvolvimento. Um cliente que demanda intervenções específicas, que respeitem suas necessidades e desejos e que utilizem os recursos existentes para a promoção de seu bem estar. Isto implica pensar em um Visitador com habilidades suficientes para reconhecer o potencial de desenvolvimento de cada família, a fim de apoiá-las na identificação de suas próprias capacidades e no estudo de formas alternativas de atingir seus objetivos – o que permite sustentar a idéia de um Visitador com capacidade de escuta e observação, que saiba como fazer intervenções de maneira a facilitar as interações. A equipe responsável pela seleção dos Visitadores deve ter consciência destas questões de forma a planejar estratégias que garantam o recrutamento de profissionais que correspondam a tais expectativas. Evidente que a etapa de seleção não encerra os investimentos na análise do perfil do Visitador, visto que determinadas características poderão se revelar apenas no convívio com a equipe e no atendimento cotidiano às famílias – revelando a importância fundamental das formações inicial e continuadas e da supervisão sistemática das práticas do Visitador.

A formação inicial dos Visitadores, denominada capacitação inicial, deve ser executada após a decisão dos gestores municipais sobre a forma de contratação destes profissionais, pois, conforme a opção eleita, esta formação pode representar uma das etapas do processo seletivo, podendo ser precedida de provas e provas de títulos, entrevistas e análise de currículo, por exemplo. Além disso, a escolaridade mínima definida no Edital para seleção dos Visitadores também determina a organização da capacitação inicial. Seu planejamento e execução são responsabilidade do Grupo Técnico Municipal e devem respeitar o modelo de *Plano de Capacitação Inicial* disponibilizado pelo Programa. O Grupo Técnico Estadual é

responsável por orientar sua organização, podendo disponibilizar materiais teóricos e práticos sobre a Metodologia do Programa e temas pertinentes ao trabalho junto às famílias e Comunidades. Quando da disposição de Visitadores com formação mínima no Ensino Fundamental, o GTM é orientado a ampliar o tempo indicado para cada tema previsto no Plano de Capacitação Inicial, introduzindo um número maior de exercícios práticos e outros temas que considere relevante.

No Plano de Capacitação Inicial de Visitadores, está prevista a organização dos seguintes tópicos: data; conteúdos; tema; duração; nome do palestrante, sua formação e função exercida e os recursos previstos. Os quatro primeiros itens já estão disponibilizados nos Planos, cabendo ao GTM organizar os seguintes e enviar ao GTE para análise e aprovação. O GTM pode incluir temáticas e convidar outros profissionais para colaborar na capacitação, desde que estes sejam devidamente orientados para o objetivo do Programa. O formato da capacitação inicial pode ser visto na Tabela 01.

Quadro 2
Plano de Capacitação Inicial de Visitadores

Conteúdos Básicos	Tema	Duração
Conhecimento do Programa	Objetivo do Programa. Estrutura e Funcionamento do Programa: atribuições administrativas e operacionais; funções e atribuições GTE, GTM, Monitor e Visitador. Perfil do Visitador: concepção de ética; ética x moral; ética e postura profissional.	4hs
	Contextualização da Situação da Primeira Infância no Município, relacionado-a com as ações desenvolvidas pelo Programa. Histórico do Programa no Município (se já possui Programa): Secretarias envolvidas, número de famílias, Visitadores e áreas atendidas. Formas de Atendimento e Acompanhamento (resumidos).	4hs
	Fundamentação Teórica do Programa: Vigostky, Piaget e Neurociência. Estimulação de 0 até 6 anos (condições para a estimulação infantil).	2 horas
Conteúdos Básicos	Tema	Duração
Fundamentos do Programa para o Desenvolvimento Integral da Criança	Períodos Gestacionais Aspectos físicos e psicológicos da Gestante Importância da Atenção Integral à Gestante e à criança (nutrição, crescimento e higiene).	4hs
Conteúdos Básicos	Tema	Duração
Fundamentos do Programa para o Desenvolvimento Integral da Criança	Dimensões do Desenvolvimento Infantil (sócio afetiva, cognitiva, motora e da linguagem). Características de cada faixa etária.	6 horas
Conteúdos Operacionais	Tema	Duração
	Modalidades de Atenção com apresentação dos conteúdos teórico-práticos da metodologia de atendimento: Modalidades de Atenção às Gestantes. Modalidades de Atenção às Famílias com crianças de 0 até 6 anos.	4hs

Quadro 02 - continuação
Plano de Capacitação Inicial de Visitadores

Conteúdos Operacionais	Tema	Duração
	Família e Comunidade: concepção e papel. Formas de abordagem à família: Visita Domiciliar. Entrevista. Reunião Comunitária. Atividades Comunitárias.	4 horas
Metodologia	Censo, Caracterização e Diagnóstico: apresentação do instrumento e simulação do seu preenchimento.	8 horas
	Documentação Visitador/Monitor/GTM: Plano de Modalidades de Atenção. Relação mensal de Gestantes e crianças atendidas. Registro do Acompanhamento dos Ganhos do Desenvolvimento Infantil Informe Mensal do Visitador.	2 horas
Estratégias de Sensibilização e divulgação	(Elaborado pelo GTM)	2 horas
Encerramento da Capacitação	Seminário (Elaborado pelo GTM)	2 horas

Fonte: Banco de Dados do Programa Primeira Infância Melhor. Acesso em ago.2010.

A complexidade metodológica do Programa representa, em muitos casos, uma prática inédita aos profissionais que gerenciam o PIM nos Municípios o que costuma promover um grau de insegurança nestes profissionais, podendo comprometer a qualidade das formações iniciais dos Visitadores – situação em que o acompanhamento pontual dos técnicos estaduais no planejamento da capacitação se torna fundamental. Quanto aos conteúdos trabalhados, é preciso que eles sejam adequados à realidade local, permitindo ao Visitador perceber seus desdobramentos na prática. Além disso, a formação inicial deve se configurar como uma oportunidade de aproximação com as realidades assistidas e de desconstrução dos conceitos de “família ideal”, representando uma etapa de introdução à filosofia do Programa e a sua metodologia de atendimento.

As demandas do campo de atuação dos Visitadores implicaram na organização de uma metodologia de capacitações continuadas - investimento que tem como princípio o acompanhamento contínuo deste profissional, na intenção de identificar e analisar os fatores que possam comprometer os benefícios pretendidos pelo Programa e propor formações que contribuam com seu êxito. Acompanhar o trabalho do Visitador permite a elaboração de um diagnóstico situacional, uma ferramenta resultante de um processo sistemático de investigação e tomada de decisões que incorpora em seu escopo ações como: análise dos Planos e da

execução das Modalidades de Atenção, escuta dos Visitadores, entrevistas com as famílias e com a comunidade em geral, estudo de casos que requeiram um tratamento especial entre outros. Esta ferramenta proporciona uma variada gama de informações acerca das condições de desenvolvimento das crianças; do envolvimento das famílias com a proposta do PIM; da preparação do Grupo Técnico Municipal, Monitor e Visitador para o desempenho satisfatório de suas atribuições e do apoio dos Gestores na execução do Programa. Processadas, estas informações permitem determinar quais são as necessidades reais que as capacitações continuadas devem contemplar – respeitando a idéia de conciliar os conhecimentos metodológicos aos saberes que permeiam as práticas locais do PIM.

No âmbito do Programa, a capacitação é compreendida como um processo educativo, contínuo e participativo, que permite facilitar a construção de competências técnicas a pessoas e grupos. O objetivo é que cada um possa construir sua autonomia e se apropriar do PIM, para realizar as transformações internas e externas necessárias à promoção do desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida de cada criança e de sua família. (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p.70).

A realização do diagnóstico situacional e das capacitações continuadas - responsabilidade do Grupo Técnico Municipal e do Monitor - depende, significadamente, da disponibilidade de carga horária adequada a estes profissionais para a realização de suas atividades e da formação, perfil e compromisso dos mesmos, além de recursos como transporte para acompanhamento pontual do trabalho dos Visitadores e de espaço físico apropriado para a análise dos Planos de Modalidade e discussão dos casos atendidos. A equipe municipal conta com o apoio dos Técnicos do Grupo Estadual que, através do monitoramento e avaliação das ações, elaboram pareceres técnicos sobre as condições de desenvolvimento do Programa, indicando, entre outras estratégias de aprimoramento, a abordagem de temáticas para as capacitações continuadas. Quando necessário, profissionais da região podem ser convidados para trabalhar determinadas questões, assim como a equipe de Visitadores pode ser inserida em formações locais. É comum a ocorrência de Encontros Regionais de Visitadores propostos pelos próprios Municípios ou pelo Grupo Técnico Estadual. O Governo do Estado também contribui através da realização do Seminário Internacional da Primeira Infância e do Encontro Estadual de Visitadores²⁴. Para a concretização destas iniciativas, é determinante o apoio da administração municipal para a causa do Programa, tornando sua manutenção e qualificação uma das prioridades de gestão – um desafio constante para as gestões e para as equipes envolvidas.

²⁴ Eventos que ocorrem anualmente em Porto Alegre e abordam pesquisas e experiências nacionais e internacionais na área, além de temáticas pertinentes à prática do PIM.

No desenho de uma política sócioeducativa de visitação domiciliar a escolaridade dos visitadores pode figurar como um dos fatores que definem a eficiência dos serviços. Conforme Sobreira (1981), a área da saúde - pioneira na modalidade de atendimento domiciliar – tradicionalmente reserva o papel da visitação aos profissionais da enfermagem, considerando que sua formação garante maior habilidade nas questões relacionadas à saúde materna e infantil. Com um currículo mais abrangente e uma metodologia que prevê a articulação de diferentes áreas do conhecimento na capacitação e supervisão dos Visitadores, o PIM possibilita a adesão de outros níveis de escolaridade, além de profissionais das áreas do serviço social, da saúde e da educação. A análise do Banco de Dados do PIM – ferramenta onde são incluídas informações acerca dos profissionais que nele atuam e do trabalho desenvolvido nos Municípios - permite visualizar a escolaridade dos Visitadores:

Quadro 3
Escolaridade dos Visitadores

Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo	Outros
Nº. de Visitadores	18	84	164	798	762	39	95

Fonte: Banco de Dados do Programa Primeira Infância Melhor. Acesso em out. de 2010.

A análise destes dados indica que, de um total de 1960 Visitadores cadastrados no Banco de Dados, 1560 possuem o Ensino médio, sendo que destes, 762 estão cursando o Ensino Superior. Chama a atenção a pouca expressividade de Visitadores com curso superior completo (apenas 39) e a existência de 18 Visitadores com Ensino Fundamental incompleto, o que contraria a determinação legal. Pesquisas realizadas por Olds (2004 apud SCHNEIDER, 2010, p.39) sobre programas de visitação domiciliar para o desenvolvimento infantil, indicam que os efeitos das intervenções na primeira infância para famílias de baixa renda são maiores quando os programas empregam enfermeiras ou outros profissionais graduados. O autor também chama a atenção para o fato de que mães visitadas por enfermeiras seguem mais suas sugestões e orientações, em relação àquelas mães que recebem visitadores de nível médio – sugerindo que o comprometimento das famílias com o propósito dos programas está intimamente ligado à escolaridade do visitador. Por outro lado, Wasik (1993), afirma que muito poucas pesquisas existem para responder, empiricamente, se os visitadores de nível superior respondem melhor às pretensões de um programa do que os com menor escolaridade, pois isto depende muito dos objetivos pretendidos. Contudo, a pesquisadora alerta que os visitadores domiciliares não precisam ter formação superior, mas as expectativas que serão

colocadas sobre eles serão semelhantes às colocadas sobre indivíduos com graus mais elevados de escolaridade e que atuam em outros serviços, como clínicas ou hospitais, o que implica ter cuidado com a questão. Considerando a realidade escolar da maioria dos Visitadores do PIM, o desafio imediato das equipes municipais se traduz no investimento maciço em supervisões pontuais e formações continuadas, de forma minimizar a carência de suas habilidades profissionais. Fomentar a contratação de Visitadores com maior escolaridade pode até garantir condições menos frágeis de atendimento à família, porém, a falta de recursos humanos com este perfil e a necessidade de reduzir os custos de contratação, leva muitos gestores a optarem por Visitadores com nível médio.

Por outro lado, a existência expressiva de Visitadores cursando o Ensino Superior pode representar um indicador de qualidade dos serviços, pois vincula a formação profissional à prática do Programa, especialmente nos casos em que a forma de contratação é via estágio, o que se caracteriza pela necessidade de um acompanhamento efetivo por professor orientador da instituição de ensino e por supervisor, com formação compatível, da parte concedente, conforme a Lei n.º 11.788/08²⁵. A Lei estabelece ainda, que o estágio se caracteriza como um ato educativo que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. Desta forma, pode-se pensar numa articulação da estrutura curricular dos cursos superiores com as políticas de cunho socioeducativo, motivada pela experiência inovadora que o trabalho no PIM proporciona a estes estudantes. A contratação de estudantes de Ensino Superior via estágio é uma alternativa que reduz os custos de contratação - uma preocupação constante dos gestores - porém, é preciso que a parte concedente invista na manutenção deste profissional na equipe, respeitando as determinações legais e tornando o trabalho efetivamente atraente. Além disso, é preciso organizar estratégias que comportem a rotatividade de profissionais, própria desta modalidade de contratação - visto que o estágio é renovável por somente dois anos e que a troca de Visitadores pode provocar desequilíbrios na qualidade dos atendimentos.

Independente da escolaridade do Visitador, a organização de supervisões regulares, que permitam analisar seu desempenho e traçar planos de capacitação continuadas, representam uma estratégia fundamental na busca pela qualidade das intervenções. Evidente que estas supervisões devem ser realizadas por profissionais qualificados, de maneira a

²⁵ Lei n.º 11.788, de 25 de Setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes.

garantir orientações adequadas para as múltiplas demandas que emergem do cotidiano das equipes. A realização de supervisões por profissionais com formação nas áreas de conhecimento afins ao Programa é apontada como uma solução criativa, quando existem limitações para contratar visitadores domiciliares com nível superior (Wasik,1993). Também é possível organizar momentos onde os Visitadores menos experientes possam aprender com aqueles que desempenham a função há mais tempo, permitindo a familiarização com a linguagem e os conceitos que são construídos na prática junto às famílias. Considerando que o trabalho do Visitador contempla vivências fisicamente cansativas e emocionalmente desgastantes, as supervisões, especialmente aquelas voltadas à escuta dos Visitadores, são mecanismos bastante apropriados para fornecer apoio e incentivo às equipes, além de garantir a reflexão sobre sua realidade de trabalho e a manutenção dos conhecimentos relativos ao Programa.

O cuidado com o perfil e com a formação dos Visitadores (incluindo capacitações e supervisões) é uma prioridade quando se deseja operar em prol da qualidade dos serviços destinados às famílias. Considerando que esta é uma decisão das equipes e dos gestores municipais, é preciso garantir que este entendimento seja acessível a ambos, a partir de orientações bastante específicas sobre as possibilidades de contratação, as estratégias para definição dos perfis e as práticas de formação existentes. Neste sentido, o papel da equipe técnica estadual é de fomentar estes princípios nos Municípios sob sua responsabilidade, além de organizar estratégias que facilitem esta compreensão – assegurando o compartilhamento de responsabilidades preconizado pelo Programa.

É possível afirmar que as demandas do campo de atuação do Visitador exigem conhecimentos que não podem depender apenas de uma formação inicial e/ou da iniciativa pessoal destes profissionais. O objetivo de fortalecer a capacidade das famílias em cuidar e educar suas crianças é fortemente determinado pela postura e pelos saberes dos Visitadores, portanto, a realização de supervisões sistemáticas e de capacitações continuadas parece ser a estratégia mais eficaz e determinante para promover a qualidade dos atendimentos. Contudo, a organização destas estratégias não pode estar descolada do campo de saberes e significados das famílias, o que significaria limitar sua atuação, perpetuando sua posição de exclusão social, justamente quando o elemento de emancipação é a transformação da consciência dos cuidadores com relação à infância de suas crianças – elemento vital para garantir a

sustentabilidade do Programa, ou seja, a sua capacidade de expandir seus objetivos para além do tempo em que a família está sendo atendida.

4.2 PENSANDO O VISITADOR E SUA RELAÇÃO COM AS FAMÍLIAS

Se bastasse a canção da esperança pra inundar de alegria a tristeza
de nossas crianças de cantar morreria. Mas quem sou eu? É preciso muito
mais gente cantando.
Eros Ramazzotti; Piero Cassano

Pensar sobre o Visitador e sua prática requer, inicialmente, compreender seu papel no Programa e sua representação na relação que estabelece com as famílias sob sua responsabilidade. O Visitador é considerado a figura central do PIM e, conforme Schneider e Ramires (2007),

[...] é a pessoa que realiza, semanalmente, o trabalho direto com as famílias, em suas casas. Planeja, orienta, demonstra e avalia atividades individuais e grupais com gestantes, famílias e suas crianças. Suas atribuições são: orientar as famílias sobre as atividades de estimulação adequadas ao desenvolvimento das crianças e gestantes; analisar a qualidade das ações educativas realizadas pelas próprias famílias junto às crianças; acompanhar os resultados alcançados pelas crianças e famílias; manter em dia a documentação (informes, relatórios, anotações) e assumir a responsabilidade pelo trabalho com 25 famílias. O visitador do PIM serve como elo entre a família atendida por ele e todos os demais programas sociais existentes no município, sendo que o GTM organiza e referencia este acesso. (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p.70).

Considerando a interferência que se propõe a realizar na dinâmica destas famílias - especialmente na maneira como elas se organizam para assistir suas crianças - pode-se atribuir à prática do Visitador o caráter de educação social. Nesta perspectiva, o educador busca uma aproximação com o educando disposto a reconhecer o que emerge de seu cotidiano e se posiciona como facilitador na organização dos caminhos que impulsionam a conscientização dos indivíduos, motivando-os a participarem ativamente de seu próprio desenvolvimento. Não se trata, portanto, daquele educador que conduz a aprendizagem, mas de um educador que revela possibilidades de desenvolvimento, através de uma relação dialógica e permite aos seus educandos reconhecerem seu protagonismo diante da vida. Evidente que a construção deste caráter no perfil do Visitador requer investimentos contínuos na sua formação profissional, mas, antes de tudo, requer a sensibilização da equipe administrativa para o verdadeiro significado de um ensino voltado às mudanças sociais.

A proposta de ensino transformador pretendida no objetivo do PIM demanda uma resignificação da prática educativa. O ponto inicial precisa ser o reconhecimento de que cada família representa um universo de significados e que a compreensão de seu contexto depende do Visitador assumir uma posição de escuta daquilo que atravessa as dinâmicas de seu público-alvo, ou seja, suas crenças, valores e hábitos. Evidente que, nesta posição, o Visitador deve revelar sua intenção, o significado de sua presença, para que o vínculo elaborado nesta relação dialógica seja estendido ao Programa, representado por sua figura. A intenção de sua escuta, portanto, deve ser investigar também as distintas expectativas e motivações com relação à sua proposta de trabalho. Esta estratégia de aproximação não se resume apenas às primeiras abordagens à família, quando a Metodologia do Programa prevê a realização de entrevistas e observações – ela se desdobra a cada visita, na medida em que a família elabora suas aprendizagens e apresenta novas interpretações de sua própria realidade e da realidade de suas crianças.

Um outro ponto que me parece interessante sublinhar, característico de uma visão crítica da educação [...] é o da necessidade que temos, educadores e educadoras, de viver, na prática, o reconhecimento óbvio de que nenhum de nós está só no mundo. Cada um de nós é um ser no mundo, com o mundo e com os outros. Viver ou encarnar esta constatação evidente, enquanto educador ou educadora, significa reconhecer nos outros o direito de dizer a sua palavra. Direito deles de falar a que corresponde ao nosso dever de escutá-los. De escutá-los corretamente, com a convicção de quem cumpre um dever e não com a malícia de quem faz um favor para receber muito mais em troca. Mas como escutar implica falar também, ao dever de escutá-los corresponde o direito que igualmente temos de falar a eles. Escutá-los no sentido acima referido é, no fundo, falar com eles, enquanto simplesmente falar a eles seria uma forma de não ouvi-los. Dizer-lhes sempre a nossa palavra, sem jamais nos expormos e nos oferecermos à deles, arrogantemente convencidos de que estamos aqui para salvá-los, é uma boa maneira que temos de afirmar o nosso elitismo, sempre autoritário. Este não pode ser o modo de atuar de uma educadora ou educar cuja opção é libertadora (FREIRE, 1981, p.17).

Compreender os significados que se revelam na convivência com as famílias poderia ser denominado de habilidade perceptiva do Visitador, algo que pode ser privilegiado pela sensibilidade natural deste profissional – o que não significa estar isento de investimentos. É preciso orientar o Visitador para a prática da escuta, trabalhar seus conceitos, suas crenças e sua capacidade de abertura para o inédito, para aquilo que contradiz seu cotidiano. Conforme Solymos; Maricondi; Soares (2009), ao trabalhar com famílias, em qualquer área de atuação, é preciso evitar que a visão interna de família comprometa o olhar e a ação com famílias que são diferentes de nossas referências. Questionar este olhar é um bom ponto de partida. Isto é especialmente importante quando a tarefa é a de intervir sobre pessoas e grupos familiares vulneráveis. Neste sentido, as percepções dos Visitadores sobre os contextos familiares

precisam ser trabalhados em diferentes oportunidades, especialmente durante as supervisões.. A idéia é buscar compor o olhar do Visitador sobre as realidades que atende com os diferentes olhares dos profissionais que integram a equipe, a partir de reflexões que questionem conclusões e julgamentos precipitados e elaborem alternativas de atendimento que respeitem cada contexto assistido. Além disso, regulamentar um espaço de escuta do Visitador fomenta um exercício que pode se multiplicar para além do momento e do espaço onde ocorrem as supervisões, refletindo, por exemplo, na disponibilidade do Visitador para escutar as famílias que atende.

Na convivência com as famílias, o aprender a aprender precisa ser um conceito permanente, pois permite ao Visitador perceber os saberes daqueles a quem deve orientar e reconhecer que estes saberes são relevantes para sua ação educativa e devem ser incorporados nos seus Planos de Modalidade, na escolha dos materiais e atividades e na maneira como ele orienta as famílias. Sua busca deve ser de construção e não de ruptura com estes saberes que, afinal, representam as experiências e cultura das famílias. Sua ação educativa deve instigar uma curiosidade epistemológica, uma abertura para formas inéditas de compreender sua realidade e atuar sobre ela. Conforme Freire (1984), o que se espera da educação é que ela trate o homem como sujeito, inserindo-o criticamente em seu processo histórico - uma educação que liberta pela conscientização, não aquela que domestica e acomoda. Uma educação que promova o homem de uma curiosidade ingênua para uma curiosidade crítica, epistemológica, onde ele é capaz de optar e decidir (FREIRE, 1984, p.38). Evidente que esta perspectiva de atuação exige do Visitador muito mais que um olhar comprometido sobre os contextos familiares, mas é nesta primeira condição que está forjada a motivação da família em participar das atividades do Programa, na medida em que ela se reconhece na fala do Visitador que fala com ela e aposta na sua capacidade criativa. É fundamental compreender que cada família é um espaço de vivências únicas e, neste sentido, é possível afirmar que, entre o fim de uma visita e o início da próxima, o Visitador percorre uma distância repleta de significados e representações que devem se aderir à sua prática, situando suas orientações nas condições de aprendizagem de cada grupo familiar.

O tempo de permanência do Visitador no atendimento a determinada família colabora para o amadurecimento de um olhar mais criterioso sobre os contextos familiares, garantindo uma intervenção coerente com as necessidades e interesses destes contextos. O convívio semanal e a adoção de uma postura de respeito e compreensão pelo Visitador podem

garantir uma maior flexibilidade da família, tanto na disponibilização de informações relevantes para o trabalho do PIM, quanto na aceitação das orientações realizadas. Conforme Tolani et al. (2006 apud SCHNEIDER, 2010, p.38), a duração de um Programa e a frequência de visitas permitem ao Visitador compreender melhor as famílias e realizar orientações que vão ao encontro das reais necessidades de apoio dos pais e cuidadores, além de garantir melhores condições para a construção de uma relação de confiança entre família e visitador. Além disso, o autor afirma que o ideal é que as intervenções iniciem no período pré-natal e se estendam até a primeira série do ensino fundamental, pois, conforme evidências experimentais sobre programas de visita domiciliar, a realização de encontros regulares e frequentes, a partir da gestação, são mais benéficos para crianças de baixa renda e suas famílias – sugerindo que as equipes administrativas prezem pelo início precoce dos atendimentos e pela permanência dos visitadores em uma única família pelo maior tempo possível. A metodologia do Programa Primeira Infância Melhor prevê a garantia de algumas destas questões, na medida em que estabelece a realização de visitas semanais com duração de aproximadamente uma hora, priorizando o atendimento às gestantes e às crianças de até três anos. Contudo, a permanência dos Visitadores no Programa representa um dos desafios das administrações municipais, que enfrentam dificuldades de custeio e contratação destes profissionais. Por outro lado, existe uma caminhada em busca da manutenção e da maior valorização dos Visitadores, com o crescimento de concursos públicos para o cargo – reflexo do reconhecimento da importância de seu papel para as políticas locais.

A resistência das famílias em receber o Visitador e aceitar suas orientações é uma condição bastante frequente, especialmente nas primeiras visitas, quando o papel do Visitador ainda não está claro para elas e existe a possibilidade das famílias temerem pela imagem que o Visitador irá ter delas como cuidadoras. Conforme Jack e colaboradores (2005 apud Schneider, 2010, p.70) as visitas domiciliares para a promoção do desenvolvimento infantil e fortalecimento das competências parentais, podem produzir um sentimento de resistência nas mães, sobretudo naquelas em maior vulnerabilidade. As mães tendem a ver o visitador como um agente externo de fiscalização e julgamento. Neste sentido é fundamental que o Visitador possa identificar estas questões e demonstrar, especialmente através de uma postura de respeito e compreensão, o real propósito de sua presença. Atitudes de julgamento e descrença com relação ao modo de vida das famílias apenas as distanciam do Programa, o que também pode acontecer quando o Visitador não cumpre os acordos que estabelece, como os horários e os dias de visita.

No início do Programa as famílias não acreditavam no Programa, mas com o passar dos dias, com meu esforço meu carinho e determinação eles passaram a valorizar e gostar do Programa. Que através das minhas orientações, atividades que eu levo, faço nas casas, eu estou observando que elas estão dando continuidade em casa durante a semana. Que o objetivo do Programa é orientar e continuar durante a semana [...] claro, é difícil vir até aqui, chegar até aqui, mas eu gosto de ser recebida com o maior carinho deles, das crianças, ajudo eles também (BISOGNIN²⁶, 2007).

O sucesso das intervenções junto às famílias é imensamente dependente da crença do Visitador na possibilidade de mudança, porém, não uma mudança dependente da sua presença, mas uma mudança gerada a partir de sua presença comprometida – aquela que não se vê como salvadora das famílias, mas se comporta como um elo entre os saberes existentes naquele meio e os saberes que ele tem o compromisso de ajudar a construir. Conforme Freire, educar não é encher as cabeças supostamente vazias dos educandos, mas tomá-los como sujeitos criadores do saber. Logo, o fato dos educandos necessitarem da ajuda do educador, não significa dever a ajuda do educador anular a sua criatividade e responsabilidade na construção dos conhecimentos (1984, p.13). A idéia é que o Visitador possa motivar as transformações necessárias, favorecendo experiências positivas onde a família perceba seu potencial criador e os recursos que dispõem para resolver as questões relativas ao cuidado e educação de suas crianças.

Não há também, diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direitos dos homens. A fé nos homens é um dado a priori do diálogo. Por isto, existe antes mesmo de que ele se instale. O homem dialógico tem fé nos homens antes de se encontrar frente a frente com eles. Esta, contudo, não é uma ingênua fé. O homem dialógico, que é crítico, sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabe também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter este poder prejudicado. Esta possibilidade, porém, em lugar de matar no homem dialógico a sua fé nos homens, aparece a ele, pelo contrário, como um desafio ao qual tem de responder. Está convencido de que este poder de fazer e transformar, mesmo que negado em situações concretas, tende a renascer. Pode renascer. Pode constituir-se. Não gratuitamente, mas na e pela luta por sua libertação (Freire, 1979, p. 95).

A qualidade da relação estabelecida entre os Visitadores e as famílias é o que fundamenta as possibilidades de intervenções transformadoras, contudo, estas intervenções precisam estar sustentadas por uma equipe com profissionais com formação nas áreas que compõem o Programa e por um currículo que vá ao encontro da perspectiva de atendimento integral às necessidades das famílias em cuidar e educar suas crianças. A metodologia do PIM prevê atendimentos planejados a partir dos Guias de Orientação – instrumentos que

²⁶ Jovana Maria Bisognin, Visitadora, em depoimento retirado de vídeo sobre a experiência do PIM no município de São João do Polêsine, apresentado no IV Seminário Internacional da Primeira Infância realizado em novembro de 2007, em Porto Alegre.

proporcionam um referencial curricular amplo e estruturado. Segundo Tolani et al. (2006 apud SCHNEIDER, 2010, p.38), currículos claramente definidos e abrangentes são melhores sucedidos, ao contrário daqueles com orientações muito focalizadas. O ideal é o uso de um currículo culturalmente relevante, que responda ao perfil da população a qual se destina. O objetivo do PIM propõe uma atenção especial à cultura e às experiências de cada família, de forma a privilegiar os saberes familiares em suas ações. Esta questão representa um ponto fundamental no desenvolvimento do PIM, pois demanda uma olhar bastante pontual das equipes, de forma a aproximar currículo e realidades atendidas. Estudo realizado por Kaiser²⁷; Freitas²⁸ (2009) sobre as percepções do Visitador do PIM diante de sua prática junto às famílias revelam a necessidade de um olhar mais específico sobre estes aspectos:

O trabalho com as crenças e culturas das famílias foi trazido como uma limitação na atuação dos Visitadores. Eles referem que cada família tem um jeito de ser e que isso exige reconhecer as suas especificidades para se poder trabalhar de forma adequada, planejando as atividades em consonância com cada realidade. Referem também que essa temática necessita ser mais discutida entre os pares e o GTM, nas capacitações (KAISER, FREITAS, 2009, p.86).

Os testemunhos dos Visitadores entrevistados pelas pesquisadoras revelam a evidente dificuldade de lidar com os contextos familiares, ou seja, com seus saberes e costumes. Neste sentido, as capacitações e supervisões devem privilegiar reflexões sobre o profissional Visitador e sua relação com as famílias atendidas, procurando identificar e compreender os sentimentos despertados nesta relação. A oportunidade de trabalhar estes aspectos objetiva promover um espaço de testemunhos e desabafos onde os Visitadores possam relatar seus sentimentos e expectativas. O aspecto crítico e reflexivo do diálogo entre os membros das equipes é estratégia fundamental para consolidar certezas e fortalecer a confiança dos sujeitos em seu potencial.

Na medida em que enquanto falamos somos o leitor um do outro, leitores de nossas próprias falas, o que ocorre aqui é que cada um de nós é estimulado a pensar e a repensar o pensamento do outro. Assim, creio que nisto repousa a condição fundamental da riqueza de um intercâmbio como este [...] o diálogo sela o ato de aprender, que nunca é individual, embora tenha uma dimensão individual (FREIRE, p.14, 2008).

Pesquisa realizada por Schneider²⁹ (2010) em um Município que desenvolve o PIM revelou que as supervisões semanais com a monitora têm como principal objetivo revisar o

²⁷ Dagmar Elaine Kaiser, Mestre em Educação e Professora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²⁸ Talita Cristiane Sutter Freitas, Enfermeira, Enfermeira Sanitarista e Especialista em Saúde Pública.

²⁹ Alessandra Schneider, mestre em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul.

planejamento das visitas, ou seja, um enfoque mais metodológico e menos reflexivo, compreensivo (2010, p.72). Esta constatação indica que o Programa deve revisar suas orientações sobre como organizar estas supervisões, indicando a necessidade de equilibrar questões metodológicas com questões reflexivas. As supervisões semanais representam oportunidades de privilegiar uma perspectiva maior de reflexão e de reposicionamento crítico do Visitador com relação ao seu contexto de atuação e não um diálogo ingênuo e sem conflitos de idéias. Devem promover o entendimento de que não basta priorizar a execução rígida da metodologia proposta, se a família não for acolhida em suas especificidades e reconhecida por seu potencial de aprendizagem. Valorizar os costumes e hábitos das famílias não é apenas aceitá-las como são ou se acostumar às diferenças, é compreendê-las como autoras do saber construído através da intervenção do Programa.

É possível afirmar que as práticas positivas de atendimento às famílias tenham como matriz o investimento das equipes gestoras do Programa em promover sua identificação com a causa e a filosofia do PIM, através de formações que priorizem uma postura reflexiva e esperançosa com relação a cada espaço de atuação, respeitando os saberes locais e os referenciais teóricos e metodológicos propostos. O vínculo de afeto e comprometimento que o Visitador constrói com as famílias que atende é consequência destes esforços, quando os benefícios pretendidos pelo PIM podem finalmente se concretizar. Como educador social, o Visitador se constitui num agente de transformação, uma referência para as famílias e comunidades. Referência que deve saber sustentar as necessidades e saberes das famílias, investindo num trabalho permeado por valores humanos e pelo resgate da auto-estima familiar, onde seja possível traçar novas possibilidades de convivência entre pais, filhos, comunidades e crianças. Uma referência que fomenta a cultura do cuidado, do vínculo afetivo, da proteção, do valor do brincar e da vida em família. Contudo, sua prática se equilibra no fio tênue das políticas voltadas à infância, visto que garantir qualidade de vida às crianças significa apoiar as famílias em suas diferentes demandas, o que depende da articulação de diferentes profissionais e serviços. Conforme Freire, as práticas libertadoras estão sujeitas a limites e “muitas vezes se faz o que se pode e não o que se gostaria de fazer. Há limites econômicos, limites ideológicos, sociais, limites históricos” (FREIRE, 1985, p.22).

Neste sentido, é possível incluir no perfil do Visitador, como condição para a existência de boas práticas junto às famílias, características como coragem e determinação – aspectos fundamentais para que eles sigam realizando longas caminhadas com suas bolsas

repletas de idéias e brinquedos, sem se deixarem paralisar diante dos desafios: famílias esquecidas em territórios distantes, crianças desprotegidas, serviços insuficientes, famílias carentes de moradia digna, alimento na mesa, calor humano, afeto e escuta. Há também que se ter paixão, esperança e a capacidade de se nutrir com as “aprendizagens da vida”, forjadas nos relatos entusiasmados das famílias atendidas e na alegria e desenvoltura das crianças ao se lançar na aventura de aprender o mundo.

5 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

5.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Quais são as necessidades de formação do Visitador do Programa Primeira Infância Melhor, frente ao objetivo de promover o protagonismo das famílias no cuidado e educação de suas crianças?

5.2 QUESTÕES NORTEADORAS

1. Verificar o grau de satisfação e aprendizagem dos Visitadores com relação às formações iniciais e continuadas do Programa.
2. Analisar a compreensão dos Visitadores com relação ao seu papel junto às famílias.
3. Verificar o entendimento do Visitador quanto a metodologia de atendimento à família.
4. Verificar como o Visitador percebe seu desempenho no trabalho junto às famílias.
5. Refletir sobre as necessidades de formação evidenciadas pelo instrumento de pesquisa.

5.3 OBJETIVOS

1. Analisar os limites e possibilidades do Programa na promoção dos saberes familiares, a partir dos conhecimentos explicitados pelos Visitadores no instrumento de pesquisa.
2. Apontar evidências científicas sobre as necessidades de formação inicial e continuada do Visitador no Programa Primeira Infância Melhor.
3. Refletir sobre o papel do Visitador no Programa Primeira Infância Melhor.

5.4 METODOLOGIA DE PESQUISA

A presente investigação foi orientada pela Professora Doutora Marta Sisson de Castro e está inserida na linha de pesquisa Fundamentos, Políticas e Práticas da Educação Brasileira (FPPE). A definição do tema emergiu da minha atuação como consultora técnica nos Municípios que executam o Programa, função que exerço desde 2006. Nesta caminhada, acompanhei o trabalho realizado pelas equipes municipais na capacitação e supervisão dos Visitadores, assim como os atendimentos realizados junto às famílias. Minhas observações, aliadas aos testemunhos dos profissionais envolvidos com o Programa, indicaram a necessidade de um estudo pontual que revelasse as condições necessárias para a concretização de práticas positivas junto às famílias, considerando a proposta de promover o protagonismo

destas no cuidado e educação de suas crianças. Evidente que garantir estas condições não se resume apenas à qualificação das propostas de formação dos Visitadores, contudo, o papel que este profissional representa na estrutura do Programa indica ser esta uma das questões primordiais para sua realização. Neste sentido, se buscou compreender as necessidades de formação dos Visitadores, tendo como ponto de partida conhecer o entendimento destes profissionais sobre sua prática e desempenho no Programa, especialmente no que se refere à abordagem das famílias.

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele (FREIRE, 2002, p. 46).

Considerando que esta investigação pretende gerar conhecimentos para a aplicação prática em situações onde o Programa se desenvolve, foi adotada uma pesquisa de natureza aplicada, através do método quantitativo. Entende-se que o método quantitativo se caracteriza pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento dessas informações por meio de técnicas estatísticas (TEIXEIRA E PACHECO, 2005, p.60). Para tanto, foi elaborado um questionário com 57 perguntas fechadas tipo *Lickert-5* acrescido, ao final, de suas questões abertas. A escolha do método e do instrumento responde ao objetivo do estudo descritivo, na medida em que possibilita realizar um levantamento quantificável das opiniões, impressões e comportamentos de uma amostra de Visitadores.

A análise dos resultados respondeu a dois momentos. Inicialmente foram explorados os resultados da escala *Lickert*. Para tanto, as questões foram divididas em cinco domínios temáticos relacionados ao trabalho do Visitador no PIM. Sua análise buscou desvendar os significados revelados pelos dados nas estruturas temáticas eleitas, baseando-se nas questões que norteiam o estudo e respeitando critérios como frequência simples, porcentagem, média e desvio padrão. Para tanto, foi organizado um banco de informações no software SPSS que permitiu visualizar tais questões e analisá-las descritivamente. O segundo momento compreendeu a análise dos resultados das perguntas abertas, para o qual foi adotada a análise de conteúdo de Bardin (1977), através de operações de desmembramento do texto em unidades, ou seja, por meio da descoberta dos diferentes núcleos de sentido que constituíam a

comunicação dos respondentes e, posteriormente, do seu reagrupamento em classes ou categorias analisáveis. Segundo Bardin (1977), na pesquisa quantitativa, a análise de conteúdo permite verificar a frequência dos temas presentes no material de análise o que, por sua vez, constitui as unidades de sentido. O estudo das respostas de 108 Visitadores para as questões abertas envolveu diferentes momentos de análise e interpretação de seus conteúdos implícitos e explícitos. As primeiras leituras destes conteúdos permitiram conhecer melhor a mensagem que os Visitadores desejavam transmitir e identificar aquelas questões que eram compartilhadas pela maioria e outras que eram específicas de um grupo menor de respondentes. Deste exercício surgiram as primeiras hipóteses que conduziram o restante da análise e possibilitaram a elaboração das unidades de sentido de cada item. A partir disto, foram recortadas dos textos as características que surgiam com mais regularidade, respeitando o critério de colher apenas aquilo que se adaptava ao objetivo da pesquisa. Desta forma, emergiram 6 categorias de análise – um esquema que permitiu sintetizar os dados mais significativos extraídos dos textos e manipulá-los de maneira a esclarecer seus sentidos. Por fim, se buscou articular os dados obtidos nas duas etapas de análise descritas, permitindo verificar de que maneira os resultados se complementavam ou contradiziam.

5.4.1 Instrumento

O instrumento foi organizado no formato de um questionário com perguntas fechadas, acrescido, ao final, de duas questões abertas. A primeira parte apresenta dados de identificação do Município e tempo de implantação do Programa e dados referentes ao respondente, como idade, grau de escolaridade, tempo de atuação no Programa e experiências profissionais, contabilizando 9 itens. Na sequência, estão organizados 57 itens conforme a escala *Lickert* de cinco pontos (1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo em parte; 3 – Não discordo, nem concordo; 4 – Concordo em parte; 5 – Concordo totalmente e 1- Nunca; 2 – Poucas vezes; 3 – Algumas vezes; 4- Muitas vezes; 5 – Sempre). Do total de questões, 13 tiveram seus valores invertidos para análise.

Conforme Günther (2003), a organização de um questionário deve responder a determinados princípios que reduzam o esforço mental do respondente. Para tanto, deve obedecer a uma estrutura e sequência lógicas que organize as questões por temáticas. Neste sentido, os itens da escala foram organizados em cinco domínios, divididos conforme as seguintes temáticas: nível de satisfação do Visitador com relação ao seu trabalho no Programa; nível de satisfação com relação à Capacitação Inicial do Programa; nível de

satisfação com relação às Capacitações Continuadas do Programa; frequência com que ocorrem determinadas situações no trabalho dos Visitadores e crenças sobre o papel do Visitador na prática do Programa. Seguindo as orientações de Günther (2003) todos os itens foram organizados por grau de complexidade, onde as questões gerais foram realizadas antes das específicas e introduzidas por textos explicativos.

As questões abertas (Descreva algo que considere relevante sobre as Capacitações do PIM voltadas à formação inicial e continuada do Visitador? e Descreva algo que considere relevante sobre o papel do Visitador no trabalho junto às famílias?) foram elaboradas no intuito de permitir ao respondente abordar questões que possam não ter sido contempladas nos itens fechados e, desta forma, elucidar ainda mais a intenção da pesquisa.

Antes de sua aplicação final, uma versão preliminar do questionário foi testada junto a um grupo de 10 Visitadores – oportunidade em que foi possível identificar suas fragilidades e realizar as adequações necessárias, especialmente no que se refere ao entendimento das questões. A redação das perguntas buscou ser feita em linguagem compreensível ao respondente, evitando também a possibilidade de interpretação dúbia ou a indução das respostas.

O instrumento foi acompanhado de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde estão explicitados os objetivos da pesquisa e seu local de desenvolvimento; a relevância da participação dos respondentes e seu direito à privacidade; assim como os usos para os quais os dados serão destinados. O cabeçalho do questionário reforça estas questões, além de conter um texto explicativo sobre sua metodologia de preenchimento, onde é informado que o nome do Município e o nome do respondente são questões optativas.

Para a aplicação do questionário, foram contatados os Grupos Técnicos Municipais de 17 Municípios escolhidos aleatoriamente - contemplando 4 Coordenadorias Regionais de Saúde do Estado. Estes Grupos ficaram responsáveis por orientar os Visitadores para o preenchimento do instrumento. Ao todo, foram disponibilizados 300 questionários, contudo, o retorno foi de 121 instrumentos respondidos, os quais fundamentaram os resultados desta pesquisa.

5.4.2 Participantes

Participaram deste estudo uma amostra 121 Visitadores com idade entre 18 e 58 anos ($M=26,5$, $DP= 8,2$, $N=121$). Quanto ao nível de escolaridade, mais da metade possui o Ensino Superior Incompleto (56,3%), seguido do Ensino Médio completo (35,3%), enquanto os Visitadores com Ensino Médio incompleto e Ensino Superior completo representam 5,0% e 3,4% da amostra, respectivamente. A maioria dos respondentes tem menos de dois anos de atuação no Programa (89,1%) e experiência anterior em trabalhos com crianças (63,6%), enquanto 50,4% possuem experiência anterior em trabalhos comunitários. Informações referentes às características sócio-demográficas dos respondentes encontram-se na Tabela 03.

Quadro 4
Características sociodemográficas da amostra (N=121)

		Frequência (N=121)	Percentual (%)
Escolaridade	Ensino Médio incompleto	6	5,0
	Ensino Médio completo	42	35,3
	Ensino Superior incompleto	67	56,3
	Ensino Superior completo	4	3,4
	Total	119	98,3
	Missing	2	1,65
Tempo de atuação no PIM	Menos de 6 meses	39	32,8
	De 6 meses a 1 ano	32	26,9
	1 a 2 anos	35	29,4
	2 a 3 anos	6	5,0
	3 anos ou mais	7	5,9
	Total	119	98,3
	Missing	2	1,65
Experiência anterior em trabalhos comunitários	Sim	58	50,4
	Não	57	49,6
	Total	115	95,0
	Missing	6	1,65
Experiência anterior em trabalhos com crianças	Sim	75	63,6
	Não	42	35,6
	Total	118	97,5
	Missing	3	1,65

O estudo envolveu 17 Municípios do Estado, abrangendo 4 Coordenadorias Regionais da Saúde. Mais da metade dos Visitadores (78,2%) atuam em Municípios com o Programa implantado há 3 anos ou mais, enquanto 21,8% dos Visitadores atuam em Municípios com menos de 2 anos de implantação. Os dados referentes ao tempo de implantação do Programa e a frequência de Visitadores, encontram-se na Tabela 04.

Quadro 5

Tempo de Implantação do PIM nos Municípios na amostra e frequência de Visitadores		
Tempo de Implantação	Frequência (N=121)	Percentual (%)
Menos de 1 ano	5	4,2
1 a 2 anos	15	12,6
2 a 3 anos	6	5,0
3 anos ou mais	93	78,2
Total	119	100,0
Missing	2	1,65

6 RESULTADOS DO ESTUDO

Os resultados serão apresentados em duas partes. Na primeira, serão exploradas as questões da escala *Lickert*, a partir da análise descritiva dos dados quantitativos simples. Na segunda parte, serão exploradas as categorias reveladas na análise das questões abertas, fundamentadas na proposta de Bardin (2001).

6.1 RESULTADOS DAS QUESTÕES DA ESCALA *LICKERT*

As 57 questões da escala *Lickert* serão analisadas a partir dos domínios temáticos descritos no capítulo sobre a trajetória metodológica. No texto a seguir serão apresentadas as análises dos três primeiros domínios, compostos por questões afirmativas que permitem os seguintes índices de resposta: 1 (discordo totalmente), 2 (discordo em parte), 3 (não discordo, nem concordo), 4 (concordo em parte) ou 5 (concordo totalmente).

O primeiro domínio corresponde ao nível de satisfação do Visitador com o trabalho no PIM. É composto por quatro questões que exploram o *desejo de desempenhar outra atividade profissional, o sentimento de realização profissional e pessoal proporcionado pelas atividades de Visitador; a identificação do Visitador com a causa do Programa e o entendimento do Visitador sobre sua contribuição para o objetivo do PIM*. Em todas as questões, mais de 50% dos respondentes optaram pelos índices 4 e 5 indicando que os Visitadores da amostra apresentam um nível alto de satisfação com relação ao trabalho que desenvolvem no Programa e reconhecem seu papel dentro da estrutura do PIM - questões fundamentais para o exercício de boas práticas no atendimento às famílias. Deste domínio se destacaram as questões 3 (*Me identifico com o objetivo do Programa*) e 4 (*Sinto que, com*

meu trabalho junto às famílias, contribuo para o objetivo do Programa) onde mais de 70% dos Visitadores concordaram totalmente com as afirmativas.

O segundo e o terceiro domínios correspondem ao nível de satisfação dos Visitadores na Capacitação Inicial e nas Capacitações Continuadas do Programa, respectivamente. Suas questões também permitem verificar se temas relacionados ao objetivo de promover o protagonismo das famílias no cuidado e educação de suas crianças estão sendo devidamente abordados. Ambos apresentaram as maiores médias entre todos os demais grupos do questionário, com pelo menos 80% dos respondentes concordando com as afirmativas. Isto caracteriza o alto nível de satisfação destes profissionais com as formações proporcionadas pelo PIM - uma avaliação positiva na medida em que os esforços para aprimorar os conhecimentos dos Visitadores são matrizes para um bom atendimento das famílias.

Quadro 06
Média e desvio- padrão dos 3 primeiros domínios

	1º domínio: satisfação com o trabalho no PIM	2º domínio: satisfação na Capacitação Inicial	3º domínio: satisfação na Capacitação Continuada
N	121	121	121
Missing	0	0	0
Média	4,2277	4,6778	4,5087
Desvio Padrão	0,47289	0,29354	0,55297
Mínimo	2,75	3,71	2,00
Máximo	5,00	5,00	5,00

No texto a seguir, será explorada a análise descritiva dos dados quantitativos simples referentes ao quarto domínio, cuja temática corresponde à frequência em que ocorrem determinadas situações no trabalho do Visitador. Dividido em seis grupos, este domínio contempla questões afirmativas que permitem respostas nos seguintes índices de resposta: 1 (Nunca), 2 (Poucas vezes), 3 (Algumas vezes), 4 (Muitas vezes) ou 5 (Sempre). Cada subgrupo corresponde a uma temática e será analisado individualmente.

As questões do primeiro grupo exploram as dificuldades de sensibilização das famílias para o objetivo do Programa. As quatro questões tiveram seus valores invertidos para a análise. Os resultados do grupo se mostraram satisfatórios, pois revelaram que as situações onde os Visitadores enfrentam dificuldades para sensibilizar as famílias, não ocorrem com muita frequência. Contudo, isto não representa uma condição absolutamente isenta de

investimentos. Para a situação descrita na questão 2, por exemplo (*Percebo que as famílias não compreendem o objetivo do Programa*), era esperado uma ocorrência mínima de acontecimentos, com uma frequência maior de repostas nas opções “nunca” e “poucas vezes”. Porém, a opção “algumas vezes” obteve a maior concentração de respostas (42,9%). Por outro lado, a questão 4 (*Deixo de atender famílias quando elas não participam adequadamente das atividades*) obteve 70% de frequência no índice 1, revelando que o desafio de sensibilizar as famílias e motivá-las para o objetivo do Programa não representa motivo suficiente para a exclusão de famílias do Programa ou para a desistência dos Visitadores em atendê-las.

O segundo grupo aborda situações referentes ao planejamento das Modalidades de Atenção. As questões 4 e 6 tiveram seus valores invertidos para análise. Os resultados deste grupo revelaram que as situações exploradas ocorrem, numa média significativamente favorável ($M=4,22$, $DP=0,49$, $N=118$). Sua análise revelou um Visitador preocupado em utilizar os recursos ofertados pelo Programa, fundamentando seu trabalho nos Guias de Orientação, sem deixar de considerar as características específicas de cada família, como sua condição social e as particularidades do desenvolvimento de suas crianças. Esta afirmação pode ser conferida no resultados revelados nas questões 3 (*Busco apoio no Guia de Orientação à Família e nos demais materiais de apoio do Programa*), 5 (*Busco escolher atividades e materiais conforme a realidade da família e as características do desenvolvimento da criança*) e 2 (*Considero as necessidades sociais e culturais das famílias e as características do desenvolvimento das crianças que atendo*), quando pelo menos 90% dos respondentes indicaram adotar tal postura muitas vezes ou sempre. Além disso, conhecer a realidade da família e das crianças não significa, para 81,4% dos Visitadores, deixar de elaborar os Planos de Modalidade (questão 4). Estes dados ilustram o respeito do Visitador pela Metodologia do Programa e pelo compromisso assumido junto às famílias, onde ele deve atuar como um elo entre os saberes existentes nos contextos familiares e os saberes que ele tem o compromisso de ajudar a construir, favorecendo experiências positivas onde as famílias possam reconhecer seu potencial criador, utilizando seus próprios recursos para investir no desenvolvimento de suas crianças. Contudo, os resultados da questão 7 revelaram que apenas 67,8% dos respondentes recebem constantemente as orientações necessárias para elaborar o Plano de Modalidade, concordando com os resultados da questão 6, quando 85,6% dos respondentes indicaram sentir necessidade de receber capacitações para aprimorar os planejamentos. O fato dos Visitadores conhecerem e respeitarem a Metodologia de planejamento das Modalidades não isenta a equipe gestora municipal de priorizar espaços de

apoio à prática do Visitador, investindo na supervisão sistemática dos Planos de Modalidade. A existência desses espaços deve contar com o apoio do grupo gestor estadual na sua manutenção e aprimoramento, visto que o desenvolvimento de boas práticas junto às famílias é uma responsabilidade compartilhada entre as diferentes esferas do Programa.

O terceiro grupo compreende as situações de orientação à família. A primeira questão teve seus valores invertidos para análise. Os resultados do grupo indicaram que os Visitadores realizam uma orientação satisfatória às famílias ($M=4,41$, $DP=1,25$, $N=119$). Na questão 1 (*Encontro dificuldade em orientar a atividade para a família*), 68,9% dos respondentes revelaram que esta situação costuma acontecer com pouca ou nenhuma frequência. O uso do Guia para a orientação das atividades (questão 2) e a preocupação em demonstrar para a família como a atividade deve ser feita e como podem ser elaborados brinquedos, jogos e brincadeiras (questão 3 e 6) alcançaram as maiores frequências nos índices 4 e 5, com, no mínimo, 90% de ocorrência. Isto revela o comprometimento dos Visitadores em utilizar diferentes recursos para instrumentalizar os saberes familiares, de forma que os cuidadores sejam capazes de elaborar suas próprias intervenções no desenvolvimento das crianças – uma condição gerada a partir da presença do Visitador, mas que não pode estar submetida a ele, tendo em vista o objetivo de promover o protagonismo familiar para além do tempo de atendimento no PIM.

O quarto grupo compreende situações que ocorrem durante a execução da atividade pela família. As questões 2, 3 e 4 tiveram seus valores invertidos para análise. Os resultados indicam que o desempenho geral do Visitador é pouco satisfatório ($M=2,71$, $DP=0,64$, $N=115$). É expressivo o percentual de Visitadores que realizam as atividades no lugar das famílias quando elas não estão dispostas ou não compreenderam a orientação, mesmo que isto ocorra poucas (24,3%) ou em algumas ocasiões (20,3%). Além disso, 24,4% dos respondentes revelam tomar esta atitude na maioria das vezes. Ocupar o lugar da família na realização das atividades pode representar a crença do Visitador de que sua responsabilidade está, antes de tudo, vinculada à promoção do desenvolvimento infantil, quando, na verdade, sua responsabilidade maior é garantir o fortalecimento das competências familiares o que, por consequência, permite melhorar as condições de crescimento e aprendizagem das crianças. Este reposicionamento depende muito do Visitador aprender a lidar com situações onde o desenvolvimento da criança é atravessado por condições nem sempre ideais, mas que precisam ser trabalhadas dentro de suas possibilidades de transformação e apoiadas pela

crença do Visitador no potencial de aprendizagem de cada família. Por outro lado, 64,4% dos respondentes afirmam que as famílias compreendem suas orientações na maioria das vezes, indicando que, além de compreender, é preciso que a família se sinta motivada a realizar as atividades. Neste sentido, diferentes variáveis podem estar vinculadas a esta problemática, entre elas: a fragilidade do vínculo de confiança e afeto entre o Visitador e a família; situações de adversidade, como doenças, violência e uso de drogas na família; falta de comprometimento do Visitador e/ou da família com proposta do Programa e, até mesmo, a escolha de atividades e materiais impróprios para o objetivo pretendido. Neste último caso, os resultados da questão 4, apontam que 62,6% dos Visitadores consideram que nunca ou poucas vezes fazem escolhas inapropriadas de materiais e atividades.

O quinto grupo versa sobre os procedimentos de retomada da atividade deixada para a família realizar durante a semana e sobre o comprometimento da família em executá-la. As questões 1 e 2 tiveram seus valores investidos para análise. Os resultados do grupo evidenciaram que o momento de retomada da atividade tem encontrado êxito na maioria dos casos, assim como as famílias tem se mostrado comprometidas com as atividades orientadas pelos Visitadores para o período entre as visitas ($M=3,26$, $DP= 0,59$, $N=116$). Contudo, eram esperados resultados mais positivos na questão 3 (63,8% no índice 5), visto que o principal objetivo do momento de retomada é justamente questionar as famílias sobre os ganhos e dificuldades observadas em suas crianças, promovendo um momento de reflexão sobre as características e possibilidades de desenvolvimento. O mesmo se repete nos resultados da questão 1 (*A família não executa a atividade que orientei para ser realizada durante a semana*), que alcançou seu maior percentual entre os índices 2 e 3 (31,9% e 41,4%, respectivamente) e para a qual era aguardado um percentual maior nos índices 1 e 2.

O último grupo deste domínio aborda situações sobre a relação Visitador/família. A questão 3 teve seus resultados invertidos para análise, enquanto as questões 6 e 7 foram desconsideradas, por não comporem o sentido do grupo. A média encontrada ($M=3,29$, $DP= 0,48$, $N=117$) demonstra que os Visitadores e as famílias, possuem uma relação favorável para a construção do vínculo de confiança e afeto. Conversar com as famílias sobre os ganhos de desenvolvimento de suas crianças foi a situação que alcançou o maior percentual de ocorrência (90,6%), seguida da atitude de questionar a opinião das famílias sobre o desenvolvimento das Modalidades (81,2%) – condições fundamentais para a sensibilização e envolvimento dos pais e cuidadores com a proposta do Programa. Estes resultados

complementam o que foi descrito no subgrupo anterior, sugerindo que a conversa sobre o desenvolvimento das crianças esta garantida durante a execução da Modalidade. Contudo, os Visitadores não se sentem totalmente seguros para tomar os procedimentos necessários quando observam situações de adversidade nos contextos familiares, o que depende, substancialmente, do investimento da equipe gestora municipal em momentos de supervisão e capacitação - onde as percepções dos Visitadores sejam trabalhadas a partir do olhar dos diferentes profissionais que compõem o grupo técnico, de forma a definir as possibilidades de encaminhamento. O Visitador, além de conhecer a rede de apoio à família, precisa estar seguro de que conta com uma equipe capaz de sustentá-lo em suas decisões sobre como proceder em determinadas situações. Além disso, a flexibilidade dos Visitadores para conversar sobre questões de interesse das famílias, mesmo quando não previstos em seu Plano de Modalidade, não obteve uma resposta totalmente satisfatória, pois apenas 46,1% apresentaram esta disposição. Algumas variáveis podem influenciar esta última questão: o entendimento de que os três momentos devem ser executados de forma rígida, sem se distanciar do planejamento; o pouco tempo disponível entre as visitas, o que dificulta alterações na rotina de atendimento e a insegurança do Visitador em lidar com determinadas questões levantadas pelas famílias. Novamente, as capacitações e supervisões figuram entre as estratégias que podem colaborar com o melhoramento destes resultados.

Quadro 7
Média e desvio-padrão dos grupos do 4º domínio

	1º grupo: dificul. de sensibilização	2º grupo: planej. das Modal.	3º grupo: orient. à fam.	4º grupo: execução da ativ.	5º grupo: retomad. da ativ.	6º grupo: relação vis./fam.
N	119	118	119	115	116	117
Missing	2	3	2	6	5	4
Média	2,3767	4,2206	4,4184	2,7143	3,2694	3,2966
Desvio Padrão	,56352	,49087	1,26665	,64755	,59175	,48848
Mínimo	1,25	2,29	2,50	1,50	1,75	2,00
Máximo	4,50	5,00	4,14	4,75	4,50	4,40

O quinto domínio é composto por questões que caracterizam idéias específicas sobre o trabalho do Visitador, organizadas a partir de crenças comuns verificadas durante o acompanhamento dos mesmos em suas práticas. O objetivo destas questões é verificar o nível de concordância dos respondentes com estas crenças, que nem sempre refletem o verdadeiro sentido de sua atuação. Os itens serão analisados individualmente, sendo que as questões 1, 2, 5, 7 e 8 tiveram seus resultados invertidos para análise. O domínio possibilitou aos respondentes optar pelos seguintes índices de resposta: 1 (Discordo totalmente), 2 (Discordo

em parte), 3 (Não discordo, nem concordo), 4 (Concordo em parte) ou 5 (Concordo totalmente).

O item 1 ($M=3,39$, $DP=1,48$, $N=118$), não apresenta um resultado muito favorável. A frequência de respostas está bastante diluída entre as opções da escala, contudo, os índices 4 e 5 acumulam o maior percentual (66,1%), sugerindo que a maioria dos Visitadores concorda com a idéia de executar a atividade no lugar da família, baseados na crença de que precisam garantir que a criança a realize. Este item retoma as discussões realizadas a partir dos resultados da questão 3 (4º domínio/ 4º subgrupo) que indicavam ser esta uma prática comum aos Visitadores. Possivelmente, existe uma distorção no entendimento dos Visitadores sobre o verdadeiro sentido de seu trabalho, o que ajuda a sustentar o distanciamento das famílias de sua responsabilidade nos cuidados e educação de suas crianças, além de limitar as possibilidades de mudança desta realidade – fortemente influenciada pela postura motivadora do Visitador. A inversão destes resultados depende, substancialmente, do acompanhamento dos Visitadores durante a realização das Modalidades de Atenção – estratégia que permite confrontar os planejamentos com a execução dos atendimentos, de forma a identificar aquilo que precisa ser trabalhado nos diálogos entre GTM, Monitor e Visitador.

O segundo item ($M=2,47$, $DP=1,25$, $N=118$), obteve resultados bastante favoráveis, sugerindo que o Visitador entende ser possível a utilização de termos técnicos na orientação que realiza às famílias, desde que ele garanta o uso de uma linguagem acessível a cada realidade.

O item 3 apresentou uma média altamente satisfatória ($M=4,94$, $DP=0,26$, $N=119$), indicando que o respeito e a confiança são aspectos bastante valorizados pelo Visitador na relação com as famílias que atende, sendo vistos como condições fundamentais para o alcance dos objetivos do Programa. No total, 95% dos respondentes indicaram concordar totalmente com a afirmação. Na prática, isto pode se refletir na disposição das famílias para falar sobre suas necessidades e acatar as orientações elaboradas junto com Visitador.

No item 4, os resultados encontrados indicam que os Visitadores valorizam os conhecimentos e experiências das famílias e se utilizam disto para fortalecer seu trabalho. Contudo, esta condição depende de uma disponibilidade do Visitador para perceber as especificidades de cada família e do apoio da equipe gestora municipal em acolher os diferentes sentimentos vivenciados pelos Visitadores diante das múltiplas realidades

atendidas. Segundo Solymos; Maricondi; Soares (2009), ao trabalhar com famílias, especialmente famílias vulneráveis, os profissionais precisam cuidar para não legitimar um olhar que desqualifique o potencial destes grupos, o que demanda um cuidado constante com as percepções que emergem destas relações. Portanto, a alta frequência de respostas nos índices 4 e 5 (99,2%) sugere a existência de espaços de acolhimento e escuta na própria equipe municipal o que, por consequência, se reflete na qualificação da escuta e do acolhimento realizado pelo Visitador junto às famílias. Na sequência, a média do item 5 (M=2,46, DP=1,52, N=119), reflete um posicionamento favorável do Visitador ao negar a possibilidade de generalizar as orientações dadas às famílias, ratificando os resultados da questão anterior e das questões 2 e 5 do 2º subgrupo (4º domínio) que exploram a idéia de trabalhar de acordo com as necessidades e interesses das famílias.

Apesar dos resultados do item 1 deste domínio apontarem o fato dos Visitadores concordarem em realizar as atividades com as crianças no lugar das famílias, os resultados do item 6 (*Trabalhar para que as famílias compreendam e se comprometam com o cuidado e educação de suas crianças é o principal foco do trabalho do Visitador*), revelam um resultado satisfatório, onde 92,4% dos Visitadores concordaram com a afirmativa. Esta análise implica refletir sobre as controvérsias entre o discurso e a prática, ou seja, sobre o que leva os Visitadores, mesmo tendo domínio do objetivo de seu trabalho, a realizar ações que o desconsideram. Implica também refletir sobre o papel do GTM e do Monitor no acompanhamento dos Visitadores, uma prática que precisa aliar capacitações, supervisões e o olhar pontual da execução das Modalidades de Atenção – condição fundamental para reduzir possíveis distorções entre a metodologia e a prática.

Os resultados da questão 3 do 5º grupo (4º domínio), apesar de satisfatórios, revelaram-se abaixo do esperado, indicando que 63,8% dos respondentes costuma questionar as famílias sobre os ganhos e dificuldades observadas em suas crianças, durante a retomada da atividade deixada para a semana. A análise do item 7 deste domínio também revela resultados pouco satisfatórios, pois era esperado que um número maior de Visitadores discordasse da idéia de que o momento de retomada da atividade não deve tomar muito tempo da Modalidade de Atenção. A análise conjunta destes itens implica rever o enfoque destinado a esta questão nas capacitações do Programa e na supervisão dos Visitadores. É preciso reverter a idéia de que o momento mais importante é o da realização da atividade, quando na verdade todas as etapas da Modalidade são dependentes entre si. A retomada da atividade representa a

oportunidade do Visitador conferir não só se a família a realizou ou não, mas também como as dificuldades e benefícios foram percebidos e trabalhados e quais motivos podem ter levado a família a não realizar a atividade proposta. Nestas oportunidades de escuta, os vínculos de confiança e afeto se fortalecem, pois a família percebe que existe um interesse real de ajudá-la a partir da realidade que ela testemunha.

A última questão deste domínio apresentou resultados favoráveis, contudo, se esperava que uma maior porcentagem de Visitadores discordassem da questão (57,6% optaram entre os índices 1 e 2), considerando que, além de observar o desempenho da família e da criança, ele deve realizar a mediação entre ambas, a fim de garantir o bom desenvolvimento da atividade. Rever a forma como a metodologia de atendimento está sendo abordada nas rotinas de trabalho das equipes surge, novamente, como uma estratégia necessária ao aprimoramento das ações - considerando que outros itens do questionário destacaram limitações dos Visitadores com relação à temática.

Quadro 8
Média e desvio-padrão das questões do 5º domínio

	1ª item	2ª item	3ª item	4ª item	5ª item	6ª item	7ª item	8ª item
N	118	118	119	119	119	118	119	119
Missing	3	3	2	2	2	3	2	2
Média	3,390	2,475	4,941	4,714	2,462	4,627	3,403	3,176
Desvio Padrão	1,4852	1,2589	,2698	,5696	1,5282	,8653	1,4862	1,5604
Mínimo	1,0	1,0	3,0	2,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Máximo	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0

6.2 RESULTADOS DAS QUESTÕES ABERTAS

As duas questões abertas do questionário buscaram conhecer as opiniões dos respondentes sobre as capacitações do Programa voltadas aos Visitadores e sobre o papel do Visitador no trabalho junto às famílias. Inicialmente, serão apresentadas as categorias de análise e suas frequências nas respostas dos Visitadores ao primeiro item (Descreva algo que considere relevante sobre as Capacitações do Programa Primeira Infância Melhor voltadas à formação inicial e continuada do Visitador). No total foram identificadas 4 categorias: opiniões sobre as capacitações (categoria 1); sugestões para as capacitações (categoria 2); necessidades de formação sobre temas específicos (categoria 3) e necessidades de formação

sobre a metodologia do Programa (categoria 4) - organizadas segundo a ordem de regularidade com que surgem nos textos.

A categoria 1 compreende as opiniões dos respondentes sobre as capacitações do Programa - suas identificações e freqüências são apresentadas na tabela a seguir:

Quadro 9
Categoria 1

Categoria 1 - Opiniões sobre as capacitações		
Opiniões	Frequência (N=108)	Porcentagem (%)
Instrumentalizam o Visitador para o trabalho	47	43,51
Proporcionam ao Visitador refletir sobre seu papel	4	3,70
Proporcionam segurança ao Visitador	3	2,77
Proporcionam a troca de experiências	2	1,85
Contribuem para a formação pessoal e profissional	2	1,85
Funcionam como motivação para o trabalho	1	0,92
Total	59	54,62

A categoria 2 compreende as sugestões que os respondentes apontaram para aperfeiçoar as capacitações - suas identificações e freqüências são apresentadas na tabela a seguir:

Quadro 10
Categoria 2

Categoria 2 - Sugestões estruturais para as capacitações		
Sugestões	Frequência (N=108)	Porcentagem (%)
Capacitações mais freqüentes	17	15,74
Capacitações mais abrangentes	13	12,03
Capacitações de acordo com as realidades atendidas	8	7,40
Capacitações mais longas	4	3,70
Capacitações com especialistas	2	1,85
Total	44	40,74

A categoria 3 compreende os temas relativos às práticas do Programa - elencados para serem trabalhados nas capacitações - suas identificações e freqüências são apresentadas na tabela a seguir:

Quadro 11
Categoria 3

Categoria 3 - Necessidades de formação sobre temas específicos		
Temas	Frequência (N=108)	Porcentagem (%)
Aspectos da gestação	8	7,40
Abordagem à família	8	7,40
Elaboração de atividades para realizar com as famílias	8	7,40
Aspectos do desenvolvimento infantil	7	6,48
Confecção de brinquedos	4	3,70
Inclusão	1	0,92
Total	36	33,33

A categoria 4 compreende uma série de temas sobre a metodologia do Programa - apontados para serem trabalhados nas capacitações - suas identificações e frequências são apresentadas na tabela a seguir:

Quadro 12
Categoria 4

Categoria 4 - Necessidades de formação sobre a metodologia do Programa		
Temas	Frequência (N=108)	Porcentagem (%)
Modalidades de Atenção	3	2,77
Instrumentos do Programa	3	2,77
Metodologia do Programa	1	0,92
Total	7	6,48

Os resultados indicam uma visão bastante positiva com relação ao valor das capacitações para o aprimoramento das funções do Visitador, sendo caracterizadas como ferramentas de instrumentalização deste profissional por 43,51% dos respondentes – a maior frequência entre todas as demais. Por outro lado, nota-se que os respondentes exploram, significadamente, suas necessidades com relação às formações, ou seja, aquilo que gostariam que fosse abordado e aquilo que consideram pertinente modificar. De modo geral, as respostas indicavam a vontade de aprender para aprimorar os atendimentos. Esta característica foi revelada de forma tão explícita que chegou a causar certo espanto diante de tantas necessidades emergentes, o que também permitiu refletir sobre a capacidade do Visitador em avaliar sua própria condição de trabalho e as estratégias necessárias para qualificá-la.

O fato da categoria “opiniões” estar no primeiro esquema categórico (54,62% dos respondentes apontaram aspectos que estruturaram esta categoria), refletindo em todo seu conteúdo uma avaliação bastante positiva das possibilidades proporcionadas pelas capacitações, contribui para uma reflexão mais ampla: o que é preciso para que as

capacitações do Programa encontrem esse nível de satisfação? Talvez este tenha sido o movimento inicial realizado pelos Visitadores ao pensar sobre a questão. Partindo de onde desejam chegar, eles propuseram uma série de sugestões estruturais, que no seu entendimento garantiriam um melhor aproveitamento das oportunidades de aprendizagem. As sugestões elencadas permitem deduzir que as oportunidades as quais eles tem acesso nem sempre se estruturam neste formato, o que não significa que eles já não tenham experimentado algo próximo disto – o que provavelmente inspirou a proposta de mudança. Se destacam, na segunda categoria, as sugestões de capacitações mais frequentes (15,74%), mais abrangentes (12,03%) e com temáticas que explorem as realidades assistidas (7,8). O fato das capacitações ocorrerem numa frequência menor do que o desejado limita a concretização das demais sugestões, portanto, não surpreende que a questão esteja em primeiro plano, ratificando os resultados já anunciados na análise da escala *Lickert* sobre a necessidade de mais capacitações. Neste sentido, as mudanças estruturais emergem como fundamentos de uma proposta que pretende desenhar novas perspectivas de apoio ao Visitador, centrada em suas necessidades e voltada ao perfil sócioeducativo do Programa.

As necessidades de formação surgem quase como sugestões de temas para a capacitação, não fosse a forma como foram descritas pelos respondentes: “sinto falta”, “desejo”, “gostaria” e “preciso muito”. Foram separadas em duas categorias para elucidar a diferença entre precisar de capacitações sobre a metodologia do PIM ou sobre “temas mais abrangentes”. A análise revela que a melhor tradução para esta expressão é justamente a carência por capacitações que abordem os aspectos da gestação (7,70%), da abordagem à família (7,40%), do desenvolvimento infantil (6,48%), além de idéias para atividades práticas (7,40%) entre outros assuntos que atravessam o trabalho das equipes municipais. Os temas relacionados à metodologia do PIM não tiveram grande adesão (6,48%), talvez porque sejam mais explorados nas rotinas dos Visitadores e, portanto, não sejam considerados tão carentes de investimentos.

Na leitura das respostas ao item 2 (Descreva algo que considere relevante sobre o papel do Visitador no trabalho junto às famílias), se destacaram duas idéias: a descrição de como deve se comportar o Visitador na relação com as famílias e a descrição de qual é sua função nesta relação – de forma que as categorias foram construídas em torno destas referências. Na tabela a seguir, são apresentadas as duas categorias de análise e suas frequências - organizadas segundo a ordem de regularidade com que surgem nos textos.

Quadro 13
Categoria 1

Categoria 1 – Funções do Visitador		
Temas	Frequência (N=115)	Porcentagem (%)
Orientar as famílias sobre como devem cuidar e educar suas crianças	34	31,48
Apoiar as famílias em suas necessidades	25	23,14
Promover o vínculo afetivo e o compromisso da família em cuidar e educar suas crianças	15	13,88
Facilitar o acesso das famílias a Rede de Serviços	5	4,62
Promover o vínculo com o Programa	5	4,62
Valorizar os conhecimentos das famílias	4	3,70
Orientar as crianças	3	2,77
Acreditar no potencial de aprendizagem das famílias	1	0,92
Total	92	85,18

Quadro 14
Categoria 2

Categoria 2 – Perfil comportamental do Visitador		
Temas	Frequência (N=108)	Porcentagem (%)
Ouvinte	13	12,03
Confiável	11	10,18
Amigo das famílias	7	6,48
Estudioso para melhor orientar as famílias	6	5,55
Comprometido com o trabalho	2	1,85
Ético	1	0,92
Compreensivo	1	0,92
Total	41	37,96

A reflexão dos respondentes sobre a questão deteve especial atenção às funções desempenhadas pelo Visitador na sua relação com as famílias atendidas (85,18% dos Visitadores contribuíram com os itens que estruturam a primeira categoria), o que resultou em um panorama bastante satisfatório das respostas, considerando que elas representam justamente aquilo que se preconiza como funções do cargo, com rara exceção (Orientar a criança, com 2,77% de frequência). Os três primeiros itens com maior frequência de respostas refletem o cuidado do Visitador em garantir o alcance do objetivo do Programa, visando o fortalecimento das competências familiares para cuidar e educar de suas crianças. A idéia de promover o vínculo com o Programa (4,62%) e o acesso das famílias à Rede de Serviços (4,62%) ilustra uma visão mais ampla desta relação, que é justamente a de ser um elo entre as famílias e os serviços de apoio existentes no Município, incluindo o PIM. É fundamental que o Visitador perceba que a promoção de uma estrutura familiar positiva para o desenvolvimento

infantil não é um serviço dependente apenas de sua figura, mas de uma estrutura maior, onde os compromissos com o bem estar infantil devem ser compartilhados por diferentes atores. Conforme Schneider,

Uma intervenção realmente em rede, articulada e multisetorial, garantirá o suporte necessário à dupla mãe-bebê e ao próprio visitador do PIM para o desempenho de suas funções. Só assim essa família poderá contar com os meios necessários para promover o desenvolvimento infantil e uma relação familiar emancipatória (SCHNEIDER, 2010, p. 76).

O fato da categoria “Funções do Visitador” ter alcançado a maior frequência de respostas indica a segurança de grande parte dos Visitadores em descrever aquilo que devem realizar no atendimento às famílias, um resultado positivo e importante, mas que sozinho não fornece as condições para um atendimento plenamente satisfatório. É preciso que esta segurança se fortaleça com saberes que indiquem a este profissional como deve ser sua postura, sua forma de executar as orientações, de promover o vínculo afetivo das famílias – algo que está além da construção de frases prontas, pois se encontra na disponibilidade do Visitador de se reinventar a cada visita, conforme as realidades que se apresentam no seu cotidiano de trabalho. Uma condição que só é possível quando existe espaço para uma reflexão crítica de sua prática, onde ele possa construir estratégias para superar suas limitações. Os resultados da segunda categoria demonstram que de alguma forma isto está sendo realizado, mesmo que estes espaços ainda se encontrem minimamente legitimados nas rotinas das equipes.

Os itens que compõem a segunda categoria (Perfil comportamental do Visitador, com 37,96% de frequência) ilustram o forte papel que a afetividade representa na estrutura das relações entre Visitador e família: uma matriz de onde emergem as possibilidades de intervenção, ou seja, a condição fundamental para o alcance das pretensões do Programa. A “escuta” figura em primeiro plano (12,03%), como se encabeçasse o roteiro seguido por esses profissionais para dar início às suas atividades, sem a qual não seria possível construir o vínculo de confiança (10,18%) tão necessário para que a presença do Visitador seja verdadeiramente promotora de conhecimentos relevantes para cada família.

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando dos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com é falar impositivamente. Até quando, necessariamente, fala contra posições ou concepções do outro, fala com ele como sujeito da escuta de sua fala crítica e não como objeto de seu discurso. O

educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele (FREIRE, 2002, p.71).

É a partir desta escuta que o Visitador adquire condição de reinterpretar sua presença em cada lar e definir como norteará suas orientações, o que implica pensar que, por mais que ele reconheça suas funções no Programa, elas não podem se efetivar se ele não reconhecer a função da família – uma função que se revela a partir da sua disponibilidade em escutar e valorizar os saberes que emergem de cada contexto atendido. Contudo, os impactos desta escuta precisam ser acolhidos pelo GTM e Monitor, de forma a garantir que isto resulte em um processo de reinvenção crítica e reflexiva do Visitador diante de sua prática. De certa forma, as evidências deste estudo indicam que esta condição existe, mas ainda precisa ser reforçada, especialmente a parte que cabe à equipe gestora.

Ser amigo das famílias (6,40%) é um item que representa bem as relações existentes entre os Visitadores e as famílias atendidas, especialmente quando se considera o vínculo de confiança que se constrói nesta interação, reforçado pelo apoio dado às necessidades e interesses das famílias. Contudo, é preciso que o Visitador não esqueça que esta característica deve ser uma aliada de sua função, colaborando para que a família se sinta segura com sua presença, ao contrário de transformá-lo em alguém cuja presença profissional perdeu seu valor.

Os resultados revelados em ambas as questões respondem a intenção do estudo na medida em que apresentam uma percepção bastante lógica dos Visitadores sobre os aspectos de sua formação e sobre seu papel na relação com as famílias, fornecendo subsídios para a elaboração de novas diretrizes na forma de planejar e executar as capacitações do Programa. A metodologia de capacitações existente, apesar de propor determinadas questões elencadas aqui, talvez não enfatize com a necessária precisão o movimento dialógico que precisa acontecer para que sua proposta imprima ganhos na prática dos Visitadores. Antes da escolha de um tema e da forma como ele será abordado, é preciso observar os ritmos, as carências e o potencial da equipe para aprender e transformar suas representações sobre sua própria postura profissional. Trata-se de um exercício que exige da equipe gestora uma dedicação especial para observar, escutar e acompanhar o trabalho dos Visitadores, identificando aquilo que é passível de apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas duas últimas décadas, diferentes estudos tem revelado evidências contundentes de que o investimento em programas voltados ao desenvolvimento infantil tem impactos positivos na promoção das capacidades de aprendizagem das crianças, além de colaborar na defesa de seus direitos de crescer e se desenvolver com estímulos e cuidados adequados. Estes investimentos são frutos da constatação de que as experiências do início da vida afetam os caminhos neurais, exercendo influência decisiva na estrutura básica e funcionamento do cérebro e, por conseqüência, na capacidade de desenvolvimento dos indivíduos. Logo, se torna inviável falar em desenvolvimento infantil sem refletir sobre as condições dos espaços onde as crianças inauguram suas aprendizagens, no que se destaca o papel da família, como espaço privilegiado de acolhimento, proteção e promoção dos ganhos infantis e que, portanto, precisa ter suas competências apoiadas e fortalecidas.

Contudo, os investimentos em programas de desenvolvimento infantil ainda são bastante limitados, mesmo com as iniciativas de diferentes organismos internacionais no fomento a ações que priorizem as crianças nas pautas governamentais. Compreender a criança como um sujeito de direitos e a infância como uma etapa singular do desenvolvimento humano ainda é uma construção política e cultural em pleno amadurecimento. No Rio Grande do Sul, o Programa Primeira Infância Melhor assume papel de destaque entre as políticas de atenção à primeira infância, ao propor uma abordagem socioeducativa junto a famílias com gestantes e crianças na faixa etária de zero até seis anos de idade, através de intervenções semanais que buscam fortalecer suas competências, respeitando sua cultura e experiências. Neste contexto, incentivar o protagonismo familiar nos cuidados e educação das crianças é um

dos alicerces do Programa, na medida em que acredita ser esta uma das alternativas para romper os ciclos de pobreza, violência e exclusão social das famílias atendidas, através da promoção do vínculo afetivo entre seus membros e de condições adequadas para o desenvolvimento das potencialidades infantis.

Este estudo pretendeu identificar em que medida as formações do Programa, voltadas ao visitador domiciliar, colaboram para que suas intervenções verdadeiramente promovam o protagonismo familiar. Seus resultados permitiram refletir acerca do entendimento do Visitador sobre seu papel junto às famílias, assim como, permitiu levantar informações sobre como eles percebem suas formações e que necessidades apontam a fim de aprimorar sua atuação. Este estudo permitiu ainda refletir sobre aspectos que não estão atrelados às propostas de capacitação inicial e continuada do Programa, mas que impactam na qualidade da prática do Visitador. Questões como a pouca valorização do Visitador, com baixos salários e formas de contratação que limitam sua manutenção no PIM; a organização inadequada de sua rotina de trabalho com um número extenso de atendimentos em detrimento aos momentos de estudo, reflexão e planejamento; a fragilidade do conceito de família encontrado em alguns materiais do Programa e a falta de apoio que determinadas equipes recebem das administrações municipais figuram entre as variáveis que, inevitavelmente, produzem efeitos que corrompem as intenções do Programa e que representam desafios na sua trajetória como política pública no Estado do Rio Grande do Sul. Estas questões, apesar de não aparecerem em todos os Municípios da amostra, revelam a necessidade do Programa continuar investindo no seu monitoramento e avaliação, além de buscar multiplicar as muitas experiências onde estas realidades já foram superadas, apresentando os benefícios obtidos com estas conquistas.

Os resultados obtidos a partir do instrumento de pesquisa evidenciaram que, em geral, os Visitadores tem um bom entendimento de seu papel na estrutura do Programa e compreendem a importância de orientar as famílias com base em seus interesses e necessidades. Também entendem que fortalecer o vínculo afetivo entre as famílias e suas crianças é uma conquista decisiva para o sucesso de seu trabalho. Neste sentido, é significativo o número de Visitadores que identificou como característica fundamental para exercer a função a disponibilidade para escutar as famílias, interpretada como uma estratégia que permite conhecer melhor os contextos onde atua e elaborar intervenções realmente significativas para cada história, tempo e lugar. Uma característica que também colabora para a construção do vínculo de confiança e afeto entre Visitador e família - apontado como a

matriz do envolvimento e comprometimento das famílias com o Programa. Por outro lado, os resultados revelaram uma carência por formações que abordem as realidades das famílias e por mais apoio na elaboração dos Planos de Modalidade. Isto pode ser um indicativo de que, mesmo disposto a contemplar os contextos familiares em suas orientações, nem sempre o Visitador encontra espaço para refletir sobre as realidades assistidas e resignificar sua prática.

O número significativo de Visitadores que realizam as atividades no lugar das famílias quando estas não estão dispostas ou não entenderam suas orientações é um exemplo do que esta carência pode acarretar na prática dos Visitadores. Isto implica pensar que, apesar da habilidade dos Visitadores em responder adequadamente sobre aquilo que devem fazer, nem sempre isso significa que eles não necessitem de apoio para concretizar estes saberes durante os atendimentos. É neste sentido que a escuta que eles realizam nas famílias precisa encontrar um espaço de acolhimento, onde eles possam reinterpretar seu olhar com o apoio dos diferentes profissionais da equipe e assim reinventar sua postura profissional num movimento dialógico que possibilite articular os conhecimentos teóricos e metodológicos às situações que emergem de seu cotidiano de trabalho. Além disso, algumas distorções no entendimento da metodologia de atendimento, especialmente com relação aos objetivos e importância de cada momento previsto na Modalidade de Atenção, revelam que o acompanhamento pontual dos Visitadores durante a execução dos atendimentos precisa figurar entre as prioridades das equipes que gerenciam o Programa nos Municípios. As distorções entre as respostas em que os Visitadores indicam como devem ser os atendimentos e as respostas em que eles revelam suas formas de realizá-los ilustram esta necessidade, pois nem sempre eles colocam em prática aquilo que preconizam no discurso.

Com relação às necessidades de formação reveladas no estudo, a realização de capacitações e supervisões baseadas naquilo que é observado na prática, a partir do acompanhamento pontual dos Visitadores, foi o resultado que apresentou maior evidência. Quanto às temáticas apontadas, as que se referem à metodologia do PIM ficaram em segundo plano, com uma frequência pequena de respostas, enquanto temas como gestação, abordagem à família e desenvolvimento infantil obtiveram um destaque significativo. Isto implica pensar que as necessidades de formação não estão centradas apenas no que eles devem fazer, pois os resultados indicam uma boa apropriação deste conteúdo. Por outro lado, ficou evidente a necessidade de fornecer aos Visitadores oportunidades que reforcem conhecimentos sobre como deve ser sua postura e sua forma de executar as orientações. Contudo, estes

conhecimentos não são construídos de forma alheia ao cotidiano de trabalho, eles são possíveis apenas quando existe a disponibilidade de refletir sobre a prática, reconsiderando decisões e fomentando novas perspectivas de atuação.

Com relação à capacitação inicial, ficou evidente que os Visitadores concluem esta etapa satisfeitos com as aprendizagens referentes ao seu papel no Programa e à metodologia de atendimento, porém inseguros com a perspectiva de trabalhar com diferentes contextos familiares. É possível refletir sobre as possibilidades de minimizar esta insegurança antes do início das abordagens, através do relato de Visitadores mais experientes, do contato com outros profissionais que atuam junto às famílias que serão atendidas, de visitas às comunidades para reconhecimento dos recursos existentes e para conversar com líderes comunitários e com as próprias famílias. Também é possível repensar sobre o espaço que o tema “abordagem à família” tem dentro da estrutura da capacitação inicial e se existe possibilidades dos presentes exporem suas dúvidas e inquietações.

Foi possível verificar a identificação dos Visitadores com a proposta do Programa, o que se reflete no fato de que em nenhum momento surgiram evidências de desmotivação ou insatisfação com o trabalho realizado. Pelo contrário, as respostas evidenciaram a defesa do ideal do PIM e a vontade de aprender para aperfeiçoar os atendimentos e colaborar com seu objetivo. Em média, os resultados se revelaram positivos e dentro da perspectiva esperada, respondendo aos objetivos do estudo. Os Visitadores demonstraram possuir conhecimentos bastante desenvolvidos sobre seu papel na estrutura do Programa e sobre a metodologia de atendimento. Suas necessidades de formação estão dentro das possibilidades de aperfeiçoamento das equipes municipais, não escapando daquilo que é preconizado nas orientações do PIM. A reflexão realizada pelos respondentes sobre a relevância das formações permitiu reforçar alguns entendimentos sobre a estrutura das capacitações e reconhecer a habilidade dos Visitadores em analisar suas possibilidades de aprendizagem, indicando que sua escuta é uma estratégia fundamental para a construção das iniciativas de qualificação do Programa. No que diz respeito à intenção deste estudo, concluiu reiterando a necessidade de ampliar oportunidades onde os profissionais do Programa possam fortalecer sua identificação com a proposta do PIM, colocando em prática mecanismos onde as realidades locais sejam as matrizes dos planos de formação e privilegiem a desconstrução de posturas e conceitos que contradigam a idéia de promoção do respeito pelo saber e pelo potencial criativo das famílias.

REFERÊNCIAS

AMAR, José; LLANOS, Raymundo Abello; GARCÍA, Diana Tirado. **Desarrollo Infantil Y Construcción Del Mundo Social**. Barraquilla: Edicione Uninorte, 2004.

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERNARDES, Karine Isis. **Avaliação do Primeira Infância Melhor através de Estudos de Caso: o encontro entre a educação formal e não-formal**. Porto Alegre: PUCRS, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

BOWLBY, John. **Cuidados Maternos e Saúde Mental**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Lei Federal de 1988. 3. ed. São Paulo: Jalovi, 1989.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2007.

_____. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde – SUS**. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília: MS, 1990.

BANCO MUNDIAL. Brasil. Desenvolvimento da primeira infância: foco sobre o impacto das pré-escolas. **Relatório n. 22841 – BR**, 2002.

CUBA. Ministério da Educação; UNICEF; CELEP. **Educa a tu hijo**. Havana: MINED, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Centro de Referência Latino-Americano para a Educação Pré-Escolar, 2002. 68 p

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler: em três escritos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1985

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia.** São Paulo: Paz e Terra, 1984.

GÜNTER, H. **Como Elaborar um Questionário.** Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2007.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

KAISER, Dagmar Elaine; FREITAS, Talita Cristiane Sutter. Programa Primeira Infância Melhor: percepções do Visitador. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**, n.1, v.9, já/mar. 2009.

KLAUS, Frey. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, Curitiba, 2000.

Lei Estadual 12.544. **Institui o Programa Primeira Infância Melhor e dá outras Providências.** Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 03 de julho de 2006.

Lei Federal 11.788. **Dispõe sobre o estágio de estudantes.** Brasília: Presidência da República, 25 de setembro de 2008.

Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, n.1964, mar.1996.

_____. São Paulo: Editora Abril, n.2116, jun.2009.

SCHNEIDER, Alessandra. **Percepções Maternas sobre Visitas Domiciliares na Gestação e no Primeiro Ano de Vida do Bebê: um estudo com mães do programa primeira infância melhor.** UNISINOS: Porto Alegre, 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Faculdade de Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

SCHNEIDER, Alessandra; RAMIRES, Vera. **Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública.** Brasília: UNESCO, Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

SOBREIRA, N.R. **Enfermagem comunitária.** Rio de Janeiro: Interamericana, 1981.

TEIXEIRA, Rubens de França; PACHECO, Maria Eliza Correa. Pesquisa social e a valorização da abordagem qualitativa no curso de administração: a quebra de paradigmas científicos. **Cadernos de Pesquisa em Administração.** São Paulo: FEA/USP, v.12, n.1, jan/mar. 2005

UNESCO. **Bases sólidas: educação e cuidados na primeira infância; relatório de monitoramento global de educação para todos – EPT.** Brasília: UNESCO, 2007.

_____. **Educação para todos: o compromisso de Dakar.** Brasília: UNESCO, CONSED, Ação Educativa, 2001.

UNICEF. **Situação da infância brasileira.** Brasília, 2006.

_____. **Situação Mundial da Infância 2005: infância ameaçada.** Brasília, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone/Edusp, 1988.

_____. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WASIK, *Barbara Hanna*. Staffing Issues for Home Visiting Programs. **The Future of Children**, 3 (3), 140-159.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Título do Estudo:****“FORMAÇÃO E DESEMPENHO DO VISITADOR NA PRÁTICA
SOCIOEDUCATIVA DO PROGRAMA
PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR”**

Você está convidado (a) a participar de uma pesquisa referente à dissertação de Mestrado em Educação do Curso de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, cuja pesquisadora responsável é Carolina de Vasconcellos Drügg, com a orientação da Prof^a. Dr^a. Marta Luz Sisson de Castro.

O objetivo desta é identificar as necessidades de formação inicial e continuada do Visitador no PIM, considerando o objetivo de promover o protagonismo das famílias nos cuidados e educação de suas crianças na faixa etária de zero até seis anos de idade.

Sua experiência no cargo de Visitador é de extrema importância para que este estudo possa ser concretizado. Para tanto, foi organizado um questionário com questões a respeito das capacitações realizadas pelo Programa e das experiências que vivencias junto às famílias atendidas.

Esta pesquisa não envolve risco aos respondentes, pois se refere apenas à coleta de dados não pessoais através de um trabalho de pesquisa acadêmico. Os respondentes da pesquisa não serão prejudicados no trabalho, bem como não receberão qualquer remuneração por estar participando e poderão cancelar o seu consentimento em qualquer momento do estudo, cessando sua participação. Neste caso qualquer informação dos mesmos não será utilizada, sem prejuízo para a pesquisa e para os desistentes. Os resultados agregados serão utilizados para fins acadêmicos e podem ser publicados em revistas científicas e congressos acadêmicos.

Nenhum resultado que possa identificar qualquer participante ou seu Município de origem será publicado. O acesso aos dados é restrito aos pesquisadores. A participação nesta pesquisa é totalmente voluntária.

Li e entendi este formulário de consentimento. Todas minhas dúvidas foram esclarecidas e decidi participar deste estudo voluntariamente.

Nome do participante

Assinatura

Data

APÊNCICE B – Instrumento para a Coleta de Dados

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

Prezado(a) Visitador(a),

Este instrumento integra a pesquisa intitulada “Formação e Desempenho do Visitador na Prática Socioeducativa do Programa Primeira Infância Melhor” que objetiva identificar as necessidades de formação inicial e continuada do Visitador no PIM, considerando o objetivo de promover o protagonismo das famílias nos cuidados e educação de suas crianças na faixa etária de zero até seis anos de idade. Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sendo pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Sendo o elemento fundamental da pesquisa, a participação dos Visitadores ao responder este instrumento irá colaborar para que se possa obter o objetivo proposto pelo trabalho e, conseqüentemente, aprimorar as propostas de formação profissional desenhadas pelo Programa. Sabe-se que estas formações são ferramentas relevantes na qualificação dos atendimentos às famílias e, portanto, devem ser foco de investimentos constantes - de acordo com as necessidades evidenciadas pelas práticas e testemunhos dos Visitadores.

Ao preencher o instrumento, solicito que reflita sobre sua realidade presente e responda às questões com a certeza de que elas serão utilizadas apenas para o fim ao qual se destina a pesquisa.

Instruções para o preenchimento das questões dos itens de 1 a 7:

- A identificação do nome do Município em que trabalha como Visitador(a) e a identificação do nome do respondente são optativos.
- Para todas as questões, marque apenas uma opção de resposta.

Instruções para o preenchimento das questões do item 8:

- As respostas às questões são optativas, conforme a necessidade do respondente.

1) Identificação do Município:

Município (optativo): _____

Tempo de implantação do Programa no Município:

() Menos de 1 ano () 1 a 2 anos () 2 a 3 anos () 3 anos ou mais

2) Identificação do respondente

Nome (optativo): _____ **Idade:** _____

Formação:

() Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior

() Ensino Médio incompleto () Ensino Superior incompleto

Área de Formação (em caso de ensino superior ou médio profissionalizante)

() Educação () Saúde () Serviço Social () Outro: _____

Tempo de Atuação no PIM:

() menos de 6 meses () de 6 meses a 1 ano () 1 a 2 anos () 2 a 3 anos

() 3 anos ou mais

Experiência anterior em trabalhos comunitários: () sim () não

Experiência anterior em trabalhos com crianças: () sim () não

Outras ocupações (além do PIM): () sim () não

3) As questões abaixo são referentes ao grau de satisfação e identificação que encontra ao trabalhar como Visitador do Programa Primeira Infância Melhor.

Indique o grau em que concorda ou discorda de cada afirmação, conforme a legenda:

1 - Discordo totalmente 2 - Discordo em parte 3 - Não discordo nem concordo
4 - Concordo em parte 5- Concordo totalmente

Afirmções	1	2	3	4	5
1. Se pudesse, gostaria de exercer outra atividade profissional que não a de Visitador	5	4	3	2	1
2. O trabalho como Visitador proporciona-me um sentimento de realização profissional e pessoal.	1	2	3	4	5
3. Me identifico com o objetivo do Programa.	1	2	3	4	5
4. Sinto que, com meu trabalho junto às famílias, contribuo para o objetivo do Programa.	1	2	3	4	5

4) As questões abaixo são referentes ao grau de satisfação e aprendizagem que encontrou ao participar da Capacitação Inicial do Programa Primeira Infância Melhor.

Indique o grau em que concorda ou discorda de cada afirmação, conforme a legenda:

1 - Discordo totalmente 2 - Discordo em parte 3 - Não discordo nem concordo
4 - Concordo em parte 5- Concordo totalmente

Afirmções	1	2	3	4	5
1. Compreendi o objetivo do Programa.					
2. As temáticas trabalhadas contribuíram para o entendimento da importância do papel do Visitador e de suas atribuições.					
3. As formas de abordagem às famílias foram esclarecidas.					
4. Compreendi a importância de conhecer as características sociais e culturais das famílias.					
5. Compreendi a importância de unir os saberes e práticas das áreas da educação, saúde e assistência social para o atendimento integral das famílias.					
6. Compreendi a relevância e orientar à família sobre a educação e os cuidados na primeira infância.					
7. Senti que tinha os conhecimentos necessários para iniciar, com segurança, a sensibilização e orientação das famílias.					

5) As questões abaixo são referentes ao grau de satisfação e aprendizagem que encontra ao participar das Capacitações Continuadas do Programa Primeira Infância Melhor.

Indique o grau em que concorda ou discorda de cada afirmação, conforme a legenda:

1 - Discordo totalmente 2 - Discordo em parte 3 - Não discordo nem concordo
4 - Concordo em parte 5- Concordo totalmente

Afirmções	1	2	3	4	5
1. As temáticas trabalhadas colaboram para a compreensão das atribuições do cargo de Visitador.					
2. É reforçada a importância de orientar à família, enfatizando a importância de seu protagonismo no cuidado e educação de suas crianças.					
3. A realidade das famílias é trabalhada, qualificando meu					

desempenho na abordagem às mesmas.					
4. São abordados os saberes e práticas das áreas da educação, saúde e assistência social voltadas para o atendimento integral das famílias.					
5. As temáticas trabalhadas vão ao encontro das necessidades de formação que preciso para atender às famílias com segurança.					

6) Indique a frequência em que na sua prática profissional ocorre cada uma das situações abaixo referidas, considerando a legenda:

Indique o grau em que ocorre cada situação, conforme a legenda:

1 – Nunca 2 – Poucas vezes 3 – Algumas vezes 4 – Muitas vezes 5 -Sempre

6.1 Situações referentes à sensibilização das famílias para o objetivo do Programa

Situações	1	2	3	4	5
1. Encontro dificuldades em sensibilizar e motivar às famílias para participarem do Programa.	5	4	3	2	1
2. Percebo que as famílias não compreendem o objetivo do Programa	5	4	3	2	1
3. Encontro resistência das famílias que atendo para participar das Modalidades de Atenção.	5	4	3	2	1
4. Deixo de atender famílias, quando elas não participam adequadamente das atividades.	5	4	3	2	1

6.2 Situações referentes a suas atitudes ao planejar as Modalidades de Atenção

Situações	1	2	3	4	5
1. Planejo conforme o instrumento proposto pelo Programa.					
2. Considero as necessidades sociais e culturais das famílias e as características do desenvolvimento das crianças que atendo.					
3. Busco apoio no Guia de Orientação à Família e nos demais materiais de apoio do Programa.					
4. Deixo de planejar a Modalidade de Atenção quando já conheço a família e a criança e sei o que devo trabalhar.	5	4	3	2	1
5. Busco escolher atividades e materiais conforme a realidade da família e as características do desenvolvimento da criança.					
6. Sinto falta de mais capacitações para aprimorar os planejamentos.	5	4	3	2	1
7. Recebo as orientações necessárias para elaborar o Plano de Modalidade.					

6.3 Situações referentes às orientações que realiza às famílias

Situações	1	2	3	4	5
1. Encontro dificuldade em orientar a atividade para a família.	5	4	3	2	1
2. Utilizo o Guia de Orientação para a Família.					
3. Demonstro para a família como a atividade deve ser realizada.					
4. Questiono a família sobre a atividade que propus.					
5. Certifico-me de que a família possui os materiais necessários para a realização das atividades que oriento.					
6. Oriento a família sobre como construir brinquedos e elaborar jogos e brincadeiras.					
7. Modifico o objetivo da Modalidade quando a família apresenta					

necessidades diferentes daquelas que havia planejado.					
---	--	--	--	--	--

6.4 Situações referentes ao momento de execução da atividade

Situações	1	2	3	4	5
1. Percebo que a família possui maior conhecimento sobre como estimular sua criança desde a entrada no Programa.					
2. Percebo que a família não compreendeu a minha orientação.					
3. Realizo a atividade com a criança quando a família não está disposta a realizá-la ou não compreendeu como se faz.					
4. Reconheço, durante a execução da atividade, que escolhi materiais ou atividades incompatíveis com a realidade da criança e da família.					

6.5 Situações referentes a atividade deixada para a família realizar durante a semana

Situações	1	2	3	4	5
1. A família não executa a atividade que orientei para ser realizada durante a semana.					
2. A família deixa de realizar a atividade durante a semana, pois não possui os materiais necessários.					
3. Durante a retomada da atividade deixada para a semana questiono a família sobre os ganhos e dificuldades observadas em sua criança.					
4. Durante a retomada da atividade deixada para a semana, solicito à família que demonstre como executou a atividade com a criança.					

6.6 Situações referentes à abordagem que realiza junto às famílias

Situações	1	2	3	4	5
1. Questiono a opinião da família sobre o que foi realizado durante a Modalidade de Atenção.					
2. Converso com a família sobre os ganhos e as dificuldades no desenvolvimento de suas crianças.					
3. Esqueço de utilizar o Guia de Orientação à Família.					
4. Converso sobre assuntos do interesse da família, mesmo quando isto interrompe os momentos previstos na Modalidade.					
5. Em situações adversas, como uso de drogas e violência intra-familiar, me sinto seguro para tomar os procedimentos necessários.					
6. Executo as Modalidades de Atenção dentro do tempo previsto (de 45 minutos à 1 hora).					
7. Consigo realizar os três momentos previstos nas Modalidades de Atenção.					

7) As questões abaixo são refletidas o pensamento de alguns Visitadores sobre sua prática junto às famílias.

Indique o grau em que concorda ou discorda de cada afirmação, conforme a legenda:

1 - Discordo totalmente 2 - Discordo em parte 3 - Não concordo nem concordo
4 - Concordo em parte 5 - Concordo totalmente

Afirmações	1	2	3	4	5
1. Quando as famílias não estão dispostas ou não entendem o objetivo da atividade é melhor que o Visitador a aplique, para que a criança não fique sem realizá-la.					
2. O uso de termos técnicos, mesmo quando explicados em uma linguagem simples, dificulta o entendimento da família sobre o objetivo da atividade.					
3. A relação de respeito e confiança entre a família e o Visitador colabora para o alcance do objetivo do Programa.					
4. Os conhecimentos e experiências das famílias contribuem para o trabalho do Visitador.					
5. As orientações realizadas pelo Visitador devem ser as mesmas para todas as famílias.	5	4	3	2	1
6. Trabalhar para que as famílias compreendam e se comprometam com o cuidado e educação de suas crianças é o principal foco do trabalho do Visitador.					
7. A retomada da atividade anterior tem como objetivo verificar se a família realizou ou não a atividade, não devendo tomar muito tempo da Modalidade de Atenção.	5	4	3	2	1
8. Durante Execução da Atividade pela Família o Visitador deve apenas observar os ganhos da família e da criança.					

8) As questões abaixo tem como objetivo permitir ao respondente abordar questões que considera relevantes e que não foram abordadas nas questões dos itens anteriores.

1. Descreva algo que considere relevante sobre as Capacitações do Programa Primeira Infância Melhor voltadas à formação inicial e continuada do Visitador:

2. Descreva algo que considere relevante sobre o papel do Visitador no trabalho junto às famílias:

ANEXO

ANEXO A – Tabelas com as frequências das questões da escala *Lickert*

1º Domínio

1. Se pudesse, gostaria de exercer outra atividade profissional que não a de Visitador

	Freq	%
Discordo totalmente	25	20,7
Discordo em parte	21	17,4
Não discordo, nem concordo	16	13,2
Concordo em parte	38	31,4
Concordo totalmente	20	16,5
Total	121	100,0

2. O trabalho como Visitador proporciona-me um sentimento de realização profissional e pessoal

	Freq	%
Discordo totalmente	2	1,7
Discordo em parte	7	5,8
Não discordo nem concordo	1	,8
Concordo em parte	45	37,2
Concordo totalmente	66	54,5
Total	121	100,0

3. Me identifico com o objetivo do Programa

	Freq	%
Discordo em parte	4	3,3
Não discordo nem concordo	3	2,5
Concordo em parte	22	18,2
Concordo totalmente	91	75,2
Total	121	100,0

4. Sinto que, com meu trabalho junto às famílias, contribuo para o objetivo do Programa

	Freq	%
Concordo em parte	23	19,0
Concordo totalmente	98	81,0
Total	121	100,0

2º Domínio

1. Compreendi o objetivo do Programa.

	Freq	%
Discordo Totalmente		
Discordo em parte		
Não discordo nem concordo	2	1,7
Concordo em parte	17	14,0
Concordo totalmente	101	83,5
Total	121	100,0

2. As temáticas trabalhadas contribuíram para o entendimento da importância do papel do Visitador e de suas atribuições

	Freq	%
Discordo Totalmente		
Discordo em parte		
Não discordo nem concordo	2	1,7
Concordo em parte	47	38,8
Concordo totalmente	72	59,5
Total	121	100,0

3. As formas de abordagem às famílias foram esclarecidas

	Freq	%
Discordo Totalmente		
Discordo em parte	4	3,3
Não discordo nem concordo	3	2,5
Concordo em parte	40	33,1
Concordo totalmente	71	58,7
Total	121	100,0

4. Compreendi a importância de conhecer as características sociais e culturais das famílias

	Freq	%
Discordo Totalmente		
Discordo em parte		
Não discordo nem concordo	1	,8
Concordo em parte	15	12,4
Concordo totalmente	104	86,0
Total	121	100,0

5. Compreendi a importância de unir os saberes e práticas das áreas da educação, saúde e assistência social para o atendimento integral das famílias.

	Freq	%
Discordo Totalmente		
Discordo em parte		
Não discordo nem concordo	1	,8
Concordo em parte	24	19,8
Concordo totalmente	96	79,3
Total	121	100,0

6. Compreendi a relevância e orientar à família sobre a educação e os cuidados na primeira infância.

	Freq	%
Discordo Totalmente		
Discordo em parte		
Não discordo nem concordo	1	,8
Concordo em parte	12	9,9
Concordo totalmente	107	88,4
Total	121	100,0

7. Senti que tinha os conhecimentos necessários para iniciar, com segurança, a sensibilização e orientação das famílias.

	Freq	%
Discordo Totalmente	2	1,7
Discordo em parte	3	2,5
Não discordo nem concordo	3	2,5
Concordo em parte	59	48,8
Concordo totalmente	53	43,8
Total	121	100,0

3º Domínio

1. As temáticas trabalhadas colaboram para a compreensão das atribuições do cargo de Visitador

	Freq	%
Discordo Totalmente	1	,8
Discordo em parte	5	4,1
Não discordo nem concordo	4	3,3
Concordo em parte	36	29,8
Concordo totalmente	75	62,0
Total	121	100,0

2. É reforçada a importância de orientar à família, enfatizando a importância de seu protagonismo no cuidado e educação de suas crianças.

	Freq	%
Discordo Totalmente		
Discordo em parte	1	,8
Não discordo nem concordo	4	3,3
Concordo em parte	16	13,2
Concordo totalmente	100	82,6
Total	121	100,0

3. A realidade das famílias é trabalhada, qualificando meu desempenho na abordagem às mesmas.

	Freq	%
Discordo Totalmente	1	,8
Discordo em parte	3	2,5
Não discordo nem concordo	5	4,1
Concordo em parte	36	29,8
Concordo totalmente	76	62,8
Total	121	100,0

4. São abordados os saberes e práticas das áreas da educação, saúde e assistência social voltadas para o atendimento integral das famílias.

	Freq	%
Discordo Totalmente		
Discordo em parte	3	2,5
Não discordo nem concordo	4	3,3
Concordo em parte	49	40,5
Concordo totalmente	65	53,7
Total	121	100,0

5. As temáticas trabalhadas vão ao encontro das necessidades de formação que preciso para atender às famílias com segurança

	Freq	%
Discordo Totalmente	1	,8
Discordo em parte	7	5,8
Não discordo nem concordo	7	5,8
Concordo em parte	43	35,5
Concordo totalmente	62	51,2
Total	121	100,0

4º Domínio – grupo 1

1. Encontro dificuldades em sensibilizar e motivar às famílias para participarem do

	Programa	
	Freq	%
Nunca	4	3,4
Poucas vezes	43	36,1
Algumas vezes	55	46,2
Muitas vezes	15	12,6
Sempre	2	1,7
Total	119	100,0

2. Percebo que as famílias não compreendem o objetivo do Programa

	Freq	%
Nunca	7	5,9
Poucas vezes	46	38,7
Algumas vezes	51	42,9
Muitas vezes	14	11,8
Sempre	1	,8
Total	119	100,0

3. Encontro resistência das famílias que atendo para participar das Modalidades de

	Atenção	
	Freq	%
Nunca	7	5,9
Poucas vezes	48	40,3
Algumas vezes	42	35,3
Muitas vezes	17	14,3
Sempre	4	3,4
Total	119	100,0

4. Deixo de atender famílias, quando elas não participam adequadamente das atividades.

	Freq	%
Nunca	84	70,6
Poucas vezes	20	16,8
Algumas vezes	11	9,2
Muitas vezes	3	2,5
Sempre	1	,8
Total	119	100,0

4º Domínio – grupo 2

1. Planejo conforme o instrumento proposto pelo Programa

	Freq	%
Nunca	2	1,7
Poucas vezes	3	2,5
Algumas vezes	9	7,6
Muitas vezes	27	22,9
Sempre	74	62,7
Total	118	100,0

2. Considero as necessidades sociais e culturais das famílias e as características do desenvolvimento das crianças que atendo

	Freq	%
Nunca		
Poucas vezes	1	,8
Algumas vezes	8	6,8
Muitas vezes	16	13,6
Sempre	93	78,8
Total	118	100,0

3. Busco apoio no Guia de Orientação à Família e nos demais materiais de apoio do Programa

	Freq	%
Nunca		
Poucas vezes		
Algumas vezes	2	1,7
Muitas vezes	28	23,7
Sempre	88	74,6
Total	118	100,0

4. Deixo de planejar a Modalidade de Atenção quando já conheço a família e a criança e sei o que devo trabalhar.

	Freq	%
Nunca	96	81,4
Poucas vezes	8	6,8
Algumas vezes	6	5,1
Muitas vezes	5	4,2
Sempre	3	2,5
Total	118	100,0

5. Busco escolher atividades e materiais conforme a realidade da família e as características do desenvolvimento da criança.

	Freq	%
Nunca	4	3,4
Poucas vezes	1	,8
Algumas vezes	2	1,7
Muitas vezes	25	21,2
Sempre	86	72,9
Total	118	100,0

6. Sinto falta de mais capacitações para aprimorar os planejamentos

	Freq	%
Nunca	5	4,2
Poucas vezes	12	10,2
Algumas vezes	50	42,4
Muitas vezes	26	22,0
Sempre	25	21,2
Total	118	100,0

7. Recebo as orientações necessárias para elaborar o Plano de Modalidade

	Freq	%
Nunca	5	4,2
Poucas vezes	13	11,0
Algumas vezes	20	16,9
Muitas vezes	29	24,6
Sempre	51	43,2
Total	118	100,0

4º Domínio – grupo 3

1. Encontro dificuldade em orientar a atividade para a família.

	Freq	%
Nunca	34	28,1
Poucas vezes	48	39,7
Algumas vezes	25	20,7
Muitas vezes	4	3,3
Sempre	7	5,8
Total	119	98,3

2. Utilizo o Guia de Orientação para a Família

	Freq	%
Nunca		
Poucas vezes	4	3,3
Algumas vezes	6	5,0
Muitas vezes	42	35,0
Sempre	67	55,8
Total	120	100,0

3. Demonstro para a família como a atividade deve ser realizada

	Freq	%
Nunca		
Poucas vezes	2	1,7
Algumas vezes	8	6,7
Muitas vezes	21	17,6
Sempre	88	73,9
Total	119	100,0

4. Questiono a família sobre a atividade que propus.

	Freq	%
Nunca	1	,8
Poucas vezes	3	2,5
Algumas vezes	10	8,4
Muitas vezes	29	24,4
Sempre	76	63,9
Total	119	100,0

5. Certifico-me de que a família possui os materiais necessários para a realização das atividades que oriento

	Freq	%
Nunca	1	,8
Poucas vezes	5	4,2
Algumas vezes	8	6,7
Muitas vezes	18	15,1
Sempre	86	72,3
Total	119	100,0

6. Oriento a família sobre como construir brinquedos e elaborar jogos e brincadeiras

	Freq	%
Nunca		
Poucas vezes	1	,8
Algumas vezes	4	3,4
Muitas vezes	46	38,7
Sempre	68	57,1
Total	119	100,0

7. Modifico o objetivo da Modalidade quando a família apresenta necessidades diferentes daquelas que havia planejado

	Freq	%
Nunca	1	,8
Poucas vezes	20	16,8
Algumas vezes	28	23,5
Muitas vezes	27	22,7
Sempre	41	34,5
Total	119	100,0

4º Domínio – grupo 4

1. Percebo que a família possui maior conhecimento sobre como estimular sua criança desde a entrada no Programa

	Freq	%
Nunca	3	2,6
Poucas vezes	18	15,7
Algumas vezes	32	27,8
Muitas vezes	44	38,3
Sempre	18	15,7
Total	115	100,0

2. Percebo que a família não compreendeu a minha orientação

	Freq	%
Nunca	14	12,2
Poucas vezes	60	52,2
Algumas vezes	27	23,5
Muitas vezes	8	7,0
Sempre	6	5,2
Total	115	100,0

3. Realizo a atividade com a criança quando a família não está disposta a realizá-la ou não compreendeu como se faz

	Freq	%
Nunca	35	30,4
Poucas vezes	28	24,3
Algumas vezes	23	20,0
Muitas vezes	10	8,7
Sempre	18	15,7
Total	115	100,0

4. Reconheço, durante a execução da atividade, que escolhi materiais ou atividades incompatíveis com a realidade da criança e da família

	Freq	%
Nunca	33	28,7
Poucas vezes	39	33,9
Algumas vezes	19	16,5
Muitas vezes	10	8,7
Sempre	13	11,3
Total	115	100,0

4º Domínio – grupo 5

1. A família não executa a atividade que orientei para ser realizada durante a semana

	Freq	%
Nunca	5	4,3
Poucas vezes	37	31,9
Algumas vezes	48	41,4
Muitas vezes	24	20,7
Sempre	1	,9
Total	116	100,0

2. A família deixa de realizar a atividade durante a semana, pois não possui os materiais necessários

	Freq	%
Nunca	57	49,1
Poucas vezes	36	31,0
Algumas vezes	17	14,7
Muitas vezes	4	3,4
Sempre	2	1,7
Total	116	100,0

3. Durante a retomada da atividade deixada para a semana questiono a família sobre os ganhos e dificuldades observadas em sua criança

	Freq	%
Nunca	2	1,7
Poucas vezes	3	2,6
Algumas vezes	10	8,6
Muitas vezes	26	22,4
Sempre	74	63,8
Total	116	100,0

4. Durante a retomada da atividade deixada para a semana, solicito à família que demonstre como executou a atividade com a criança.

	Freq	%
Nunca	9	7,8
Poucas vezes	5	4,3
Algumas vezes	17	14,7
Muitas vezes	29	25,0
Sempre	56	48,3
Total	116	100,0

4º Domínio – grupo 6

1. Questiono a opinião da família sobre o que foi realizado durante a Modalidade de Atenção.

	Freq	%
Nunca	1	,9
Poucas vezes	2	1,7
Algumas vezes	18	15,4
Muitas vezes	33	28,2
Sempre	62	53,0
Total	117	100,0

2. Converso com a família sobre os ganhos e as dificuldades no desenvolvimento de suas crianças.

	Freq	%
Nunca		
Poucas vezes	2	1,7
Algumas vezes	9	7,7
Muitas vezes	25	21,4
Sempre	81	69,2
Total	117	100,0

3. Esqueço de utilizar o Guia de Orientação à Família

	Freq	%
Nunca	78	66,7
Poucas vezes	24	20,5
Algumas vezes	6	5,1
Muitas vezes	6	5,1
Sempre	2	1,7
Total	117	100,0

4. Converso sobre assuntos do interesse da família, mesmo quando isto interrompe os momentos previstos na Modalidade.

	Freq	%
Nunca	13	11,1
Poucas vezes	18	15,4
Algumas vezes	31	26,5
Muitas vezes	37	31,6
Sempre	17	14,5
Total	117	100,0

5. Em situações adversas, como uso de drogas e violência intra-familiar, me sinto seguro para tomar os procedimentos necessários.

	Freq	%
Nunca	25	21,4
Poucas vezes	23	19,7
Algumas vezes	34	29,1
Muitas vezes	20	17,1
Sempre	15	12,8
Total	117	100,0

6. Executo as Modalidades de Atenção dentro do tempo previsto (de 45 minutos à 1 hora).

	Freq	%
Nunca	1	,9
Poucas vezes	8	6,8
Algumas vezes	9	7,7
Muitas vezes	34	29,1
Sempre	64	54,7
Total	117	100,0

7. Consigo realizar os três momentos previstos nas Modalidades de Atenção

	Freq	%
Nunca	1	,9
Poucas vezes	2	1,7
Algumas vezes	14	12,0
Muitas vezes	45	38,5
Sempre	54	46,2
Total	117	100,0

5º Domínio

1. Quando as famílias não estão dispostas ou não entendem o objetivo da atividade é melhor que o Visitador a aplique, para que a criança não fique sem realizá-la

	Freq	%
Discordo totalmente	25	21,2
Discordo em parte	11	9,3
Não discordo nem concordo	4	3,4
Concordo em parte	49	41,5
Concordo totalmente	29	24,6
Total	118	100,0

2. O uso de termos técnicos, mesmo quando explicados em uma linguagem simples, dificulta o entendimento da família sobre o objetivo da atividade

	Freq	%
Discordo totalmente	26	22,0
Discordo em parte	51	43,2
Não discordo nem concordo	11	9,3
Concordo em parte	19	16,1
Concordo totalmente	11	9,3
Total	118	100,0

3. A relação de respeito e confiança entre a família e o Visitador colabora para o alcance do objetivo do Programa

	Freq	%
Discordo totalmente		
Discordo em parte		
Não discordo nem concordo	1	,8
Concordo em parte	5	4,2
Concordo totalmente	113	95,0
Total	119	100,0

4. Os conhecimentos e experiências das famílias contribuem para o trabalho do Visitador

	Freq	%
Discordo totalmente		
Discordo em parte	1	,8
Não discordo nem concordo	4	3,4
Concordo em parte	23	19,3
Concordo totalmente	91	76,5
Total	119	100,0

5. As orientações realizadas pelo Visitador devem ser as mesmas para todas as famílias

	Freq	%
Discordo totalmente	49	41,2
Discordo em parte	24	20,2
Não discordo nem concordo	4	3,4
Concordo em parte	26	21,8
Concordo totalmente	16	13,4
Total	119	100,0

6. Trabalhar para que as famílias compreendam e se comprometam com o cuidado e educação de suas crianças é o principal foco do trabalho do Visitador

	Freq	%
Discordo totalmente	3	2,5
Discordo em parte	3	2,5
Não discordo nem concordo	3	2,5
Concordo em parte	17	14,4
Concordo totalmente	92	78,0
Total	118	100,0

7. A retomada da atividade anterior tem como objetivo verificar se a família realizou ou não a atividade, não devendo tomar muito tempo da Modalidade de Atenção

	Freq	%
Discordo totalmente	18	15,1
Discordo em parte	23	19,3
Não discordo nem concordo	10	8,4
Concordo em parte	29	24,4
Concordo totalmente	39	32,8
Total	119	100,0

**Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação (CIP)**

D794f Drügg, Carolina de Vasconcellos

Formação e desempenho do visitador na prática socioeducativa do programa primeira infância melhor / Carolina de Vasconcellos Drügg. – Porto Alegre, 2011.

108 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Educação, PUCRS.

Orientador: Professora Doutora Marta Luz Sisson de Castro.

1. Educação - Políticas Públicas. 2. Crianças - Educação. 3.

Relação Família-Escola. 4. Desenvolvimento Infantil. 5.

Professores - Formação Profissional. I. Castro, Marta Luz Sisson

Bibliotecário Responsável

Ginamara Lima Jacques Pinto

CRB 10/1204